

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE – UNIVALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO – GIT

FERNANDA JAMUR LOPES

BURACÃO: sentidos de habitar em território vulnerável

Governador Valadares
Março de 2021

FERNANDA JAMUR LOPES

BURACÃO: sentidos de habitar em território vulnerável

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce, como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Gestão Integrada do Território.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eunice Maria Nazarethe Nonato

Governador Valadares
Março de 2021

Ficha Catalográfica

Folha de Aprovação

AGRADECIMENTOS

De todos os territórios que estudamos, o mais complexo reside dentro de nós. No nosso subconsciente.

Comecei a dissertação em 2017, com o intuito de estudar um grupo social, mas descobri ao longo desse processo, que essa busca se tratava principalmente de mim.

Agradeço ao Dinaldo, meu terapeuta querido, que me trouxe lucidez e autoconhecimento para realizar meu sonho: concluir o mestrado. Gratidão!

Agradeço a minha avó Marlim e minha mãe Juliane, por sempre confiarem em mim. À minha orientadora Eunice, por nunca desistir de me auxiliar, e por me acolher com tamanha amorosidade.

E ao Universo, por me conceder a realização de todos os meus objetivos. Assim seja, assim é.

Habitar é ser.

RESUMO

Os espaços extremamente contrastantes de um centro urbano são cenários comuns nas cidades atuais. Isso porque a grande maioria dos centros se desenvolveu a partir de um planejamento urbano não inclusivo, sem levar em consideração o adensamento urbano e suas desigualdades. A forma de habitar se transformou com o passar dos anos e novas configurações surgiram a partir da necessidade das pessoas em se fixarem, ainda que em locais sem infraestrutura adequada para habitação, assim, surgiram as favelas e periferias, os aglomerados subnormais, que são consideradas a grande problemática de moradia da atualidade. No entanto, a relação dos moradores com o local em que habitam ainda é uma temática pouco abordada nos estudos de caso urbanos, que no geral se atêm a questões materialistas do território. Esta dissertação consiste em um estudo de caso realizado em uma favela localizada na região central do município de Governador Valadares, denominada Buracão. O objetivo geral deste estudo é compreender os sentidos que os moradores do Buracão atribuem ao local em que habitam. Assim, para a construção desses sentidos, a dissertação se delineou a partir do convite a uma caminhada pelos “buracos” que compõem este percurso. A jornada se inicia a partir da contextualização do local em relação ao município, em seguida é apresentado o processo de invisibilização social que sofre uma periferia em área central. Caminha pelos sentidos do habitar, onde apresenta os elos topofílicos e laços afetivos dos sujeitos com o meio ambiente material e a contribuição da fenomenologia para a compreensão do fenômeno social em cerne. Finaliza a caminhada dando voz e visibilidade aos moradores, que por vezes não são vistos ou ouvidos. O modelo metodológico aqui adotado possui caráter qualitativo e os instrumentos utilizados na pesquisa foram o diário de bordo, questionário sociodemográfico e entrevistas semiestruturadas com a população. Os resultados obtidos a partir do estudo nos levam a compreender que habitar é ser, indissociavelmente, e que cada um que habita, ainda que em grupo, possui um sentimento, valor, elo, visão e sentidos subjetivo e pessoal.

Palavras-chave: Habitação; favela; sentidos de habitar; território imaterial.

ABSTRACT

The extremely contrasting spaces of an urban center are common scenarios in today's cities. This is because the vast majority of centers developed from non-inclusive urban planning, without taking urban density and its inequalities into account. The way of living has changed over the years and new configurations have emerged from the need for people to settle, even in places without adequate infrastructure for housing, thus, the favelas and peripheries emerged, the subnormal clusters, which are considered the major housing problem of today. However, the relationship of the residents with the place where they live is still a theme that is rarely addressed in urban case studies, which generally stick to materialistic issues in the territory. This dissertation consists of a case study carried out in a slum located in the central region of the municipality of Governador Valadares, called Buracão. The general objective of this study is to understand the meanings that residents of Buracão attribute to the place where they live. Thus, for the construction of these meanings, the dissertation was based on the invitation to walk through the "holes" that make up this route. The journey begins with the contextualization of the place in relation to the municipality, followed by the process of social invisibility that suffers from a periphery in a central area. It walks through the meanings of inhabiting, where it presents the subjects' topophilic links and affective ties with the material environment and the contribution of phenomenology to the understanding of the social phenomenon at its core. It ends the walk, giving voice and visibility to residents, who are sometimes not seen or heard. The methodological model adopted here has a qualitative character and the instruments used in the research were the logbook, sociodemographic questionnaire and semi-structured interviews with the population. The results obtained from the study lead us to understand that to live is to be, inseparably, that each one that lives, even in a group, has a subjective and personal feeling, value, link, vision and senses.

Keywords: Housing; shanty town; senses of inhabiting; immaterial territory.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Fases da Análise | 22 |
| Figura 2 - Imagem do Buracão visto por cima | 25 |
| Figura 3 - Vista do Buracão..... | 26 |
| Figura 4 - Paisagem urbana do Carapina x Condomínios. | 26 |
| Figura 5 - Traçado urbano de Governador Valadares. | 31 |
| Figura 6 - Imagem da Praça Serra Lima e proximidades na década de 1950..... | 32 |
| Figura 7 - Mapa do Bairro Carapina..... | 33 |
| Figura 8 - Vista do Bairro Carapina (2020)..... | 34 |
| Figura 9 - Acesso Principal Bairro Carapina..... | 35 |
| Figura 10 - Mapa da Região do Buracão dentro do bairro Carapina..... | 38 |
| Figura 11 - Casas com risco de desmoronamento. | 39 |
| Figura 12 - vielas estreitas e casas sem afastamento. | 40 |
| Figura 13 - Recado na residência de um dos moradores. | 42 |
| Figura 14 - Mapa de bairros de Governador Valadares/MG..... | 43 |
| Figura 15 - Localização das áreas de intervenção. | 50 |
| Figura 16 - Projeto de Intervenção da Área I, Carapina..... | 51 |
| Figura 17 - Imagem do Buracão. | 53 |
| Figura 18 - Acesso ao Buracão em novembro/2016..... | 54 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Gráfico de condições de habitação pela perspectiva dos moradores. | 64 |
| Gráfico 2 - Gráfico de condições da rua que habitam pela perspectiva dos moradores..... | 65 |
| Gráfico 3 - Gráfico da relação entre os moradores que gostariam de ficar/sair do Buracão.... | 66 |
| Gráfico 4 - Esquema para a compreensão do epoché..... | 69 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Apresentação dos moradores..... | 21 |
|--|----|

LISTA DE ABREVIATURAS

Área de Preservação Permanente (APP)

Associação Samuel Domingues Gomes (ASDOG)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU)

Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU)

Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS)

Movimentos Nacionais de Reforma Urbana (MNRU)

Orçamento Geral da União (OGU)

Organização Mundial de Saúde (OMS)

Prefeitura Municipal de Governador Valadares (PMGV)

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1 A ESCOLHA DO LOCAL..... | 14 |
| 1.2 OBJETIVOS | 15 |
| 1.3 PERCURSO METODOLÓGICO..... | 16 |
| 1.3.1 Definição dos instrumentos | 16 |
| 1.3.1.1 Observação participante | 18 |
| 1.3.1.2 Levantamento bibliográfico e documental | 19 |
| 1.3.1.3 Levantamento sociodemográfico..... | 20 |
| 1.3.1.4 As entrevistas..... | 21 |
| 1.3.1.5 Análise de dados..... | 22 |
| 1.4 APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS | 23 |
| | |
| 2 BURACO DA INVISIBILIDADE: DA OCUPAÇÃO À TERRITORIALIZAÇÃO ... | 25 |
| 2.1 DO SERTÃO À CIDADE..... | 29 |
| 2.2 O INÍCIO DO CAOS URBANO | 31 |
| 2.3 O MORRO DO CARAPINA | 33 |
| 2.4 CONHECENDO A ORIGEM DO BURACÃO..... | 37 |
| 2.5 PANORAMA URBANO E LEGISLATIVO DE GOVERNADOR VALADARES..... | 43 |
| 2.6 UM NOVO CAMINHO..... | 46 |
| 2.7 PROJETO DE INTERVENÇÃO E REASSENTAMENTO NO CARAPINA..... | 48 |
| 2.8 A INVISIBILIDADE DE UMA PERIFERIA CENTRAL | 52 |
| 2.9 DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO PRECÁRIA | 56 |
| 2.10 OS SENTIDOS DO HABITAR | 57 |
| | |
| 3 BURACO DOS SENTIDOS: ELOS TOPOFÍLICOS DO HABITAR | 61 |
| 3.1 OS LAÇOS AFETIVOS DOS SUJEITOS COM O MEIO AMBIENTE MATERIAL | 61 |
| 3.1.1 Percepção das experiências ambientais | 63 |
| 3.1.2 Quem mora aqui tem seus contras, mas também seus privilégios | 66 |
| 3.2 CONTRIBUIÇÕES DA FENOMENOLOGIA DA PERCEPÇÃO PARA A COMPREENSÃO DO FENÔMENO SOCIAL..... | 68 |
| 3.3 A EXPRESSÃO DA IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE DOS MORADORES... | 71 |
| | |
| 4 BECO DA VISIBILIDADE: A VOZ DOS SUJEITOS | 74 |
| | |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 77 |
| | |
| REFERÊNCIAS | 80 |

1 INTRODUÇÃO

O que é o arquiteto sem a compreensão dos sentidos do habitar?

Sabemos que a forma de habitar se transformou ao longo dos anos, e conseqüentemente, a maneira com que as pessoas se relacionam com ela. O crescimento das cidades, bairros e assentamentos, se deu muitas vezes sem levar em consideração o adensamento urbano e suas desigualdades. Com o processo de desenvolvimento desordenado das cidades e um planejamento urbano não inclusivo, a ocupação de áreas periféricas ou ilegais se deu a partir da necessidade do ser humano de se fixar, ainda que em locais sem a infraestrutura adequada. Assim, a população de baixa renda naturalmente foi submetida a se instalar em lugares desprovidos de serviços públicos básicos, bem como planejamento prévio ou análise de riscos.

Esse cenário deu origem a uma das grandes problemáticas das cidades atuais, que consiste nos conjuntos habitacionais repletos de moradias irregulares, denominadas favelas ou comunidades. Tais aglomerados subnormais acentuam ainda mais as expressivas desigualdades sociais preexistentes, reforçando estigmas, preconceitos e dando origem a um processo de invisibilidades.

O debate acerca das problemáticas vivenciadas nas favelas surgiu a partir de um viés urbanístico, mas se torna cada vez mais um problema socioambiental e tem ocorrido, gradativamente, de uma maneira interdisciplinar. Atualmente, não se pode considerar pertinente um estudo de tal complexidade a partir de um único ponto de vista. A arquitetura, o urbanismo, a história, a geografia cultural, a psicologia, a antropologia e a sociologia urbana, se unem, e se orientam por diversas temáticas, a fim de compreender o fenômeno da favelização.

A inclusão do sujeito, morador da favela, na percepção e análise de problemas e significados da paisagem urbana, simboliza uma evolução no que diz respeito à metodologia científica, uma quebra de paradigmas para os estudos habitacionais com grande enfoque direcionado ao meio ambiente material.

Progresso este, advindo das conquistas promovidas pela geografia cultural, que neste estudo será representada, principalmente, pelas obras e abordagens dos geógrafos Yi-fu Tuan, Guy Di Méo e Rogério Haesbaert. A partir da perspectiva de tais autores, podemos conceber o processo de favelização como um agente construtor de múltiplas territorialidades e identidades, cujas influências externas interferem na relação do sujeito com o outro, com a paisagem e consigo. Assim, compreendemos que o território é constituído não apenas por espaços geográficos, mas ainda, pelos espaços de sociabilidade, pelas vivências cotidianas que integram o processo das relações sociais.

Não obstante, grande parte das soluções apresentadas para o caos vivenciado nas favelas se resume em propostas de reassentamento dos moradores de áreas de risco para novas residências, muitas vezes locais afastados de seus bairros originais, sem considerar suas relações com o território onde nasceram, cresceram e desenvolveram relações.

É comum nos depararmos com esses projetos de relocação e reassentamento, que por vezes ignoram os laços sociais e afetivos existentes entre moradores e território. Isso porque, ao longo dos anos e do desenvolvimento dos centros urbanos, foi concebido um olhar comum e generalista para esses locais, associando-os ao caos, irregularidade, medo, criminalidade, dentre outros aspectos depreciativos, e conseqüentemente, se afastando da realidade das pessoas que ali residem, se relacionam e tecem tal território demarcado por invisibilidades. As mínimas condições de habitação e os riscos permanentes experimentados na favela não impossibilitam as relações tecidas naquele espaço, e antes de qualquer intervenção, se faz necessário conhecer os moradores e suas reais necessidades, laços afetivos e memórias.

O estudo do sentido do habitar, proposto neste trabalho, surge como interesse de compreender as formas singulares de como as pessoas se relacionam com suas moradias na favela, fugindo aos padrões de moradia estabelecidos pela sociedade. Uma tentativa de desconstrução do estereótipo constituído do território, a partir da percepção dos próprios moradores.

1.1 A ESCOLHA DO LOCAL

Nascida e criada na cidade de Governador Valadares, cresci ouvindo histórias e estórias sobre o bairro Carapina, sempre associadas ao risco ali existente. Histórias que foram alimentando em mim uma crença de que o bairro se constituía em um território demarcado por violência, criminalidades e riscos, um local ao qual eu não deveria ao menos frequentar.

Ao passar dos anos, principalmente durante a faculdade de Arquitetura e Urbanismo, quando estudei sobre projetos de reassentamento de área de risco, urbanização e relocação de comunidades, o que sempre me chamou a atenção foi o impacto que tais projetos traziam para a vida das pessoas que, involuntariamente, precisavam se mudar e deixar para trás histórias, memórias, hábitos e laços afetivos construídos por toda a vida. Como se um local com estrutura física mais adequada, que proporcionasse um modelo ideal de habitação, pudesse substituir os elos que os moradores já haviam estabelecido com o território da favela.

Tal ponto me despertou a curiosidade e o entusiasmo por investigar o que havia nesses territórios que fazia com que seus moradores criassem elos tão significativos de pertencimento,

além de compreender as relações que eles estabeleciam com um território demarcado por tamanhas vulnerabilidades e invisibilidades.

Durante o Mestrado Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território, na disciplina denominada “Educação, Cultura e Território”, e ainda sem um objeto definido para a minha dissertação, fomos convidados a fazer uma visita a um local denominado “Buracão”, localizado no mencionado bairro Carapina. Um local tão invisibilizado que grande parte da população valadarense nem mesmo o conhece, inclusive eu, à época.

Ao realizar a visita, nos deparamos com um território demarcado por carências. No entanto, logo a princípio, a primeira desconstrução: ao adentrar ao bairro e especificamente a região do Buracão, não visualizei aquele lugar perigoso e repleto de riscos, como sempre me foi apresentado. Sem amenizar os problemas do local, foi um impacto descobrir que ali, acima de tudo, era uma região abandonada pelo poder público, invisível aos olhos da sociedade e carente de direitos básicos: saneamento, segurança e saúde. Mais impactante ainda do que isso foi ver o quão felizes, unidos e receptivos eram os seus moradores, apesar de todos esses problemas. Naquele momento tive a certeza, ali encontrei o meu objeto de pesquisa.

Frente ao interesse em investigar a relação dos moradores do Buracão com o espaço em que habitam, e diante do desafio de compreender suas territorialidades e percepções de um território demarcado pela invisibilidade, surgiu a dissertação que aqui se apresenta.

O recorte do estudo se deu a partir de uma reunião com o grupo de professores e alunos do Mestrado em Gestão Integrada do Território/GIT, em que foi criado o Projeto de Pesquisa e Extensão “Periferia Central: um estudo sobre a mobilidade urbana e os aglomerados no morro do Carapina”. A fim de cumprir com alguns de seus objetivos, propus analisar as relações dos moradores, para assim identificar os sentidos que eles atribuem ao espaço vivido na favela e contribuir, por meio da minha dissertação, para o desenvolvimento do trabalho.

Fundamentado nas abordagens teóricas acerca do processo de favelização, territorialização e sentidos, o presente estudo busca compreender significados que os moradores do Buracão atribuem ao habitar em um território de invisibilidades e vulnerabilidades.

Referimo-nos ao Buracão como o campo de estudo desta pesquisa, enquanto àqueles que o habitam como os atores deste estudo, pois são eles os sujeitos que dão significado, se territorializam e tecem relações com o território da favela.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho se constitui então em compreender os sentidos de

habitar no Buracão, explorando as relações estabelecidas pelos moradores com o território em que residem, suas percepções, elos, memórias e tudo aquilo que nos dá subsídio para compreender esse vínculo tão singular.

Outros objetivos complementares são investigar a formação local, conhecer as territorialidades, analisar o que dizem os moradores e dar visibilidade ao que é habitar em um território de vulnerabilidades.

1.3 PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo aqui proposto contempla uma análise teórico-empírica, de caráter qualitativo, dos sentidos de habitar, tendo como campo de estudo a zona intitulada Buracão, no bairro Carapina, na cidade de Governador Valadares-MG.

A pesquisa qualitativa pretende analisar os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Minayo (1994) afirma que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

1.3.1 Definição dos instrumentos

Por seu caráter interdisciplinar e a amplitude da pesquisa, foram utilizados instrumentos que abrangem tanto as percepções pessoais quanto a coletiva dos moradores do Buracão, por meio do processo de observação participante, análise documental, diagnóstico de levantamento sociodemográfico e entrevistas semiestruturadas com a população, visando explicar o fenômeno em tela numa perspectiva interpretativa.

Marconi e Lakatos (2003, p. 190) explicam a observação participante como “uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar”. Gil (1999), por sua vez, pontua que na observação os fatos são percebidos de forma direta, sem haver qualquer tipo de intermediação, o que é considerada uma vantagem, em comparação aos demais instrumentos.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 191-192), a observação apresenta as seguintes vantagens e limitações:

Vantagens:

- a) Possibilita meios diretos e satisfatórios para estudar uma ampla variedade de fenômenos.
- b) Exige menos do observador do que as outras técnicas.
- c) Permite a coleta de dados sobre um conjunto de atitudes comportamentais típicas.
- d) Depende menos da introspecção ou da reflexão.
- e) Permite a evidência de dados não constantes do roteiro de entrevistas ou de questionários.

Limitações:

As técnicas da observação apresentam uma série de limitações, entre as quais se destacam as seguintes:

- a) O observado tende a criar impressões favoráveis ou desfavoráveis no observador.
- b) A ocorrência espontânea não pode ser prevista, o que impede, muitas vezes, o observador de presenciar o fato.
- c) Fatores imprevistos podem interferir na tarefa do pesquisador.
- d) A duração dos acontecimentos é variável: pode ser rápida ou demorada e os fatos podem ocorrer simultaneamente; nos dois casos, torna-se difícil a coleta dos dados.
- e) Vários aspectos da vida cotidiana, particular, podem não ser acessíveis ao pesquisador.

Gil (2002, p. 115) apresenta também uma definição de questionário e entrevista, facilitando a distinção entre os mesmos:

Os questionários se constituem questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado. A entrevista, por sua vez, pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação “face a face” e em que uma delas formula questões e a outra responde.

Marconi e Lakatos (2003, p. 201) definem questionário como sendo “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Ainda conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 201-202), é possível apontar vantagens e desvantagens no uso de questionários:

Vantagens:

- a) Economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados.
- b) Atinge maior número de pessoas simultaneamente.
- c) Abrange uma área geográfica mais ampla.
- d) Economiza pessoal, tanto em adestramento quanto em trabalho de campo.
- e) Obtém respostas mais rápidas e mais precisas.
- f) Há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato.
- g) Há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas.
- h) Há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador.
- i) Há mais tempo para responder e em hora mais favorável.
- j) Há mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento.
- l) Obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis.

Desvantagens:

- a) Percentagem pequena dos questionários que voltam.
- b) Grande número de perguntas sem respostas.
- c) Não pode ser aplicado a pessoas analfabetas.
- d) Impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas.
- e) A dificuldade de compreensão, por parte dos informantes, leva a uma uniformidade aparente.
- f) Na leitura de todas as perguntas, antes de respondê-las, pode uma questão influenciar a outra.
- g) A devolução tardia prejudica o calendário ou sua utilização.
- h) O desconhecimento das circunstâncias em que foram preenchidos torna difícil o controle e a verificação.
- i) Nem sempre é o escolhido quem responde ao questionário, invalidando, portanto, as questões.
- j) Exige um universo mais homogêneo.

Gil (1999, p. 117) conceitua a entrevista como “uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. Triviños (1987) nos traz que a entrevista semiestruturada tem como característica principal, questionamentos básicos que são embasados em teorias e hipóteses relacionadas à temática da pesquisa, em que o pesquisador direciona o objetivo principal. Tais questionamentos seriam pontos de partida para novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos entrevistados. De acordo com o autor, a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de promover a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Para Manzini (1990/1991, p. 154), “a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”.

A escolha dos instrumentos utilizados no estudo se deu a partir da necessidade de interação com os moradores para a compreensão dos sentidos que eram atribuídos ao habitar e a utilização conjunta como uma estratégia para a melhor compreensão do objeto. Dessa maneira, descrevo abaixo como foram aplicados os instrumentos escolhidos para a dissertação.

1.3.1.1 Observação participante

O processo de observação participante que desenvolvi junto aos moradores se iniciou desde a primeira visita realizada ao local, ainda como uma atividade da disciplina de Educação, Cultura e Território, que frequentei no segundo semestre de 2016. Foi quando observei que uma das características mais marcantes da comunidade do Buracão é, sem dúvidas, a união dos

moradores, e naquele primeiro contato, decidi que ali seria o local escolhido como campo de estudo da minha dissertação.

Essa relação de união e o anseio pelo desenvolvimento do território em que habitam explicam a criação do grupo SOS Buracão, formado por moradores voluntários, representantes da comunidade, lideranças, jovens e famílias, num geral, que se uniram com o intuito de discutir estratégias para alcançar melhorias para o local. O grupo foi criado no dia 05/12/2016 e se reunia periodicamente, a depender das demandas, para discutir as pautas que giravam em torno das ações a serem tomadas para que o Buracão fosse assistido por direitos como segurança, acessibilidade e saúde. Ao participar das reuniões do grupo comecei a me envolver com a comunidade, conhecer os trabalhos sociais, a relação dos moradores com o local e também os elos existentes entre eles.

Pude visualizar a luta pelos direitos básicos, como a construção da escadaria de acesso ao bairro. Tomei nota das iniciativas que eram propostas pelo grupo, como solicitar junto à prefeitura um posicionamento referente às intervenções locais. Participei de reuniões com o atual prefeito do município, junto com os líderes comunitários que reivindicavam um posicionamento frente às demandas apresentadas. Observei o desespero de moradores que estavam escalados para se mudarem do Buracão de acordo com o projeto de reassentamento que foi desenvolvido pela empresa SANAR, por meio do Programa de Urbanização, Regularização e Integração dos Assentamentos Precários, assim como a aceitação e expectativa de outros. Vivenciei, portanto, sentimento de revolta de alguns e de impotência de outros que, por vezes, tinham a sensação de não serem ouvidos, ou vistos. Um território de pluralidades de vivências, sentimentos e sentidos.

O diário de bordo foi essencial para a percepção das características gerais dos moradores locais e para registrar minhas reflexões sobre os acontecimentos e suas respectivas reações, porém, apenas a observação participante não seria suficiente para acessar a subjetividade dos sentidos atribuídos ao Buracão, e assim, foram adotados outros instrumentos complementares que auxiliariam na compreensão do fenômeno social ali existente, como o levantamento bibliográfico, o questionário sociodemográfico e a entrevista semiestruturada.

1.3.1.2 Levantamento bibliográfico e documental

Ao iniciar a primeira dinâmica para a elaboração deste trabalho, foi realizado o estado da arte, com a finalidade de mapear a produção acadêmica nos últimos dez anos, relativa aos temas planejamento urbano e território, ligados ao processo de favelização. A proposta deste

estudo foi identificar questões da produção veiculada em periódicos científicos nacionais que abordavam simultaneamente as temáticas citadas acima. A metodologia utilizada na busca foi o levantamento bibliográfico no Portal de Periódico da CAPES/MEC das pesquisas publicadas de 2007 a 2016.

Ao analisar o estado da arte do tema de pesquisa, foi verificado que grande parte da produção acadêmica relacionada ao assunto possui uma abordagem mais materialista. Pouco foi encontrado sobre os sujeitos, aparecendo sempre como atores passivos das políticas públicas e do processo natural de urbanização desigual.

Além disso, os trabalhos apresentavam uma análise mais disciplinar do objeto de pesquisa. A partir dessa premissa, foram identificadas lacunas que possibilitavam examinar de modo interdisciplinar o processo de favelização como um movimento sociocultural, levando em conta as territorialidades, identidades e culturas, além da abordagem do território material e, principalmente, imaterial, buscando proporcionar uma análise mais singular do processo de favelização.

Ademais, foi feito um levantamento histórico da formação da cidade de Governador Valadares, do bairro Carapina e do Buracão, por meio de análise documental de trabalhos acadêmicos acerca da temática, para assim compreender o processo que deu origem ao Buracão.

1.3.1.3 Levantamento sociodemográfico

O grupo SOS Buracão se reunia regularmente, e durante uma de suas reuniões, propusemos a aplicação de um questionário a fim de caracterizar a população do Buracão. Dito isso, o questionário sociodemográfico foi aplicado por voluntários da própria comunidade. Essa estratégia foi adotada para que os moradores se sentissem mais confortáveis em relatar percepções em relação ao local em que vivem e sobre suas famílias. O levantamento, realizado com cerca de noventa e nove famílias, reuniu dados como: condições de moradia, acesso, saúde, escolaridade, problemas sociais, desemprego entre homens, desemprego entre mulheres, religião, dentre outras características que foram apontadas pela própria comunidade.

Os objetivos complementares desse levantamento foram investigar as expectativas de cada família para o local em que vivem, compreender como eles visualizam o Buracão e os problemas sociais ali existentes. Além da principal questão, se gostariam ou não de se mudar dali. Tais respostas são de extrema relevância para a compreensão geral da percepção das famílias sobre o Buracão.

1.3.1.4 As entrevistas

Com o intuito de nos auxiliar a alcançar questões mais subjetivas, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas com oito moradores locais, entre eles jovens, adultos e idosos, pelo critério de amostra bola de neve, não probabilística, utilizando cadeias de referências.

Como pontapé inicial, por meio do grupo SOS Buracão, foram indicados os moradores mais antigos e líderes comunitários. Por conseguinte, foi solicitado que as pessoas indicadas apontassem novos contatos com as características desejadas, como moradores que tenham nascido no local, moradores com problemas de acessibilidade, moradores mais jovens, moradores a frente de projetos sociais, para que, com suas diferentes características, pudessem contribuir para a pesquisa.

Para preservar a identidade dos moradores, foram criados nomes fictícios para os entrevistados, fazendo uma alusão às flores encontradas no percurso durante nossa caminhada pelo Buracão. Aqui, apresento os moradores e suas principais características:

Tabela 1 - Apresentação dos moradores

| Entrevistado | Idade | Característica |
|--------------|-------|--|
| Jasmine | 42 | Líder Comunitária |
| Margarida | 76 | Moradora antiga |
| Íris | 84 | Moradora mais antiga |
| Hortênsia | 62 | Moradora antiga |
| Camélia | 64 | Moradora que necessita de acessibilidade |
| Violeta | 46 | Moradora que desenvolve projeto social |
| Lírio | 16 | Morador adolescente |
| Dália | 17 | Moradora adolescente |

Fonte: Elaborado pela autora.

As entrevistas aconteceram de maneira natural, a partir do diálogo com os moradores, em que foram levantadas questões predefinidas à medida que cada entrevistado se sentisse à vontade. O roteiro trouxe 19 perguntas que seriam entrelaçadas ao diálogo. As questões abordadas investigavam acerca da afinidade, identificação, história do local, as facilidades e dificuldades vivenciadas, os preconceitos, as expectativas, necessidades e desejos de melhoria,

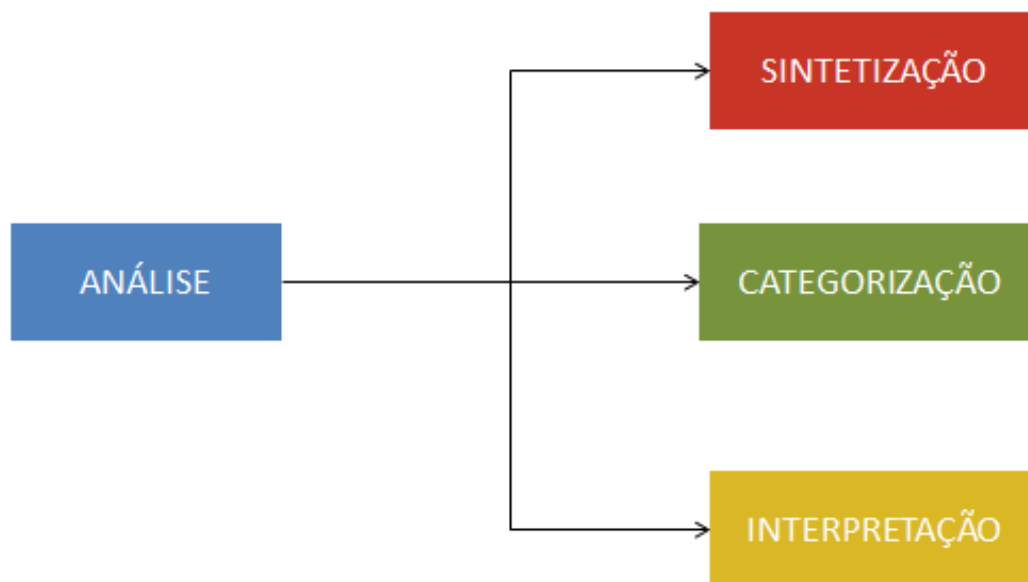
projetos sociais, relações, memórias, e por fim, sentidos de habitar no Buracão.

1.3.1.5 Análise de dados

Frente a premissa inicial do trabalho, de conceber o fenômeno social a partir da perspectiva dos moradores, foi utilizado o método de análise qualitativa, com ênfase na descrição, interpretação e significados obtidos a partir dos instrumentos que foram aplicados.

O método se dividiu em três etapas:

Figura 1 - Fases da Análise



Fonte: Elaborado pela autora.

Na primeira fase, da sintetização, foi organizado o material da pesquisa, sintetizando os dados obtidos por meio dos instrumentos com o objetivo de torná-los operacionais. Essa etapa consistiu no processo de leitura flutuante, que é o momento em que se tem o contato inicial com o texto, e na escolha dos documentos que serão utilizados.

A partir da compilação dos dados, que foi composta pelos documentos selecionados para análise durante o período de tempo estabelecido para a coleta de informações, como os documentos, o questionário, e entrevistas semiestruturadas da pesquisa em questão, foi preparado todo material como a elaboração de gráficos de análise do levantamento sociodemográfico obtido por meio dos questionários, e a transcrição das entrevistas, com o

objetivo de oferecer subsídio para a preparação formalizada dos textos e interpretações adjacentes.

A partir de então se deu início à segunda fase de análise, de categorização, que consistiu no sistema de tematização, por meio da definição de categorias, considerando o recorte de textos, as repetições, a classificação e associação por categorias simbólicas ou temáticas. Nessa fase, foram feitas as análises dos resultados expressos pelos gráficos, e o agrupamento das falas dos moradores, por meio de recortes das entrevistas que foram subdivididos em categorias correspondentes à identificação, expectativas, anseios, história, dificuldades, facilidades, discriminação, relações sociais, territorialidades, memórias, e sentidos de habitar no Buracão.

Na terceira fase, compreende-se a interpretação e inferência dos dados contidos em todo o material coletado. No caso da pesquisa em tela, os dados obtidos no levantamento bibliográfico, questionário sociodemográfico e entrevistas semiestruturadas com a população. A análise foi realizada por meio da interpretação das categorias coincidentes em cada instrumento, ressaltando os aspectos considerados semelhantes e os que foram concebidos como diferentes, e correlacionando com o referencial teórico da pesquisa em cerne para a concepção dos resultados.

1.4 APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Durante o processo de visitação, participação nos grupos, reuniões, idas e vindas à favela, me aproximei muito de uma realidade, que no dia a dia, é extremamente singular e diferente daquilo que se imagina “do outro lado da linha abissal”. Essa é a realidade que quero apresentar aqui, criando um direcionamento que fará alusão a uma caminhada por suas vielas, por meio de suas histórias e relatos, tentando expressar em palavras as relações subjetivas que se estabelecem ali, em um território demarcado por tantas carências e invisibilidades.

O presente trabalho será dividido em três capítulos principais, os quais serão denominados “buracos”, fazendo referência à nomenclatura do Buracão.

Na primeira parte, denominada “Buraco da Invisibilidade”, far-se-á inicialmente uma investigação do universo de pesquisa, com o intuito de conhecer o processo de formação local, por meio de depoimentos dos moradores. Além disso, caracterizar-se-á a população do Buracão, a partir do levantamento sociodemográfico e dados obtidos por meio do relatório de bordo e entrevistas, como premissa para o desdobramento da pesquisa, visto que os sujeitos constituem os atores da iminente dissertação, a fim de desconstruir os estigmas preexistentes. Será

ressaltado também o processo de invisibilização que acomete a esses moradores de uma periferia, que se encontra localizada em área central.

A partir então do processo de caracterização, no capítulo denominado “Buraco dos Sentidos”, será apresentado o problema central deste estudo, que busca compreender os sentidos atribuídos ao território vivido, por meio da identificação das territorialidades dos moradores, e das relações que estes estabelecem com o território em que residem. Além disso, serão destacadas neste capítulo as categorias espaço e identidades, por serem complementares à discussão em tela e constituírem a relação entre favela e sujeito, criando os elos do habitar. Para este levantamento serão consideradas as literaturas científicas inerentes à temática do processo de favelização, dos sentidos, dos estudos territoriais e seus desdobramentos.

No bojo do último capítulo, denominado “Buraco da Visibilidade” serão analisadas as relações de pertencimento e os sentidos atribuídos ao espaço vivido da favela, partindo de entrevistas semiestruturadas, que se relacionam à teoria apresentada. Serão apresentados aqui os resultados alcançados na pesquisa de campo e em seguida, far-se-á a discussão a partir da coleta dos dados, ou seja, das narrativas dos sujeitos. Tais narrativas serão confrontadas com o arcabouço teórico esquadrinhado. Para tanto, reuniremos os fragmentos das narrativas dos sujeitos, da pesquisa realizada em campo, para o embasamento da nossa análise, dando voz e visibilidade aos moradores da favela, além dos estigmas preexistentes.

Bem-vindos ao Buracão! Bom percurso!

2 BURACO DA INVISIBILIDADE: DA OCUPAÇÃO À TERRITORIALIZAÇÃO

Buraco, invisibilidade, ocupação e territorialização. Conceitos que se unem em uma tentativa de descrever o conflituoso sentido de habitar na região do Buracão. Neste capítulo nos desdobraremos em reconstituir o processo de ocupação do local, por meio da narrativa histórica de formação do bairro Carapina, onde o Buracão está inserido, o arcabouço legislativo, a proposta de reassentamento e riquíssimos depoimentos dos moradores mais antigos do local, que descrevem suas memórias da ocupação, de como era o local antes, e do processo de territorialização.

Figura 2 - Imagem do Buracão visto por cima



Fonte: Acervo da autora.

O termo “Buracão”, como o local é popularmente denominado, faz referência à morfologia de sua ocupação dentro da favela do Carapina, visto que ao olharmos para a região podemos claramente identificar seu formato semelhante a um buraco. Casas, escadarias e vielas aglomeradas em uma colina, com poucos acessos, ruas, e afastamento quase inexistente entre as moradias, como podemos observar na figura 3:

Figura 3 - Vista do Buracão.



Fonte: Acervo da autora.

A ocupação do local ocorreu por meio do processo de espacialização e territorialização de maneira desordenada, sem respeitar Áreas de Preservação Permanente (APP) ou desenvolver qualquer estudo sobre o impacto da construção dessas moradias. A organização dessa ocupação, na realidade, surgiu a partir da necessidade de habitar e sobreviver, uma alternativa em meio à necessidade de se fixar e a falta de recursos.

O espaço ali constituído se torna um componente fundamental para o processo de formação econômica e social, e “a geografia, através da análise dialética do arranjo do espaço, serve para desvendar máscaras sociais, vale dizer, para desvendar as relações de classes que produzem esse arranjo” (MOREIRA, 1982). A formação espacial, logo, pode ser considerada a representação fenomenológica de um sistema de relações sociais (MOREIRA, 1982).

A forma de habitar no território, ocupar e se territorializar cria um formato de relação social único e específico de cada grupo. Características, experiências, lutas, e vivências compartilhadas no Buracão fazem parte da história e da maneira com que se relacionam com o cenário em que vivem, principalmente pela grande proximidade territorial com outras pessoas,

visto que a formação espacial ali existente, de certo modo, impõe uma proximidade entre os moradores, que dividem o mesmo terreno, bem como as mesmas angústias, problemas e expectativas. O espaço atua como fator determinante dessa relação, e da diferenciação do grupo e classe social.

Um dos grandes exemplos da diferenciação de classes sociais na mesma paisagem urbana é a dicotomia existente no local, em um extremo do morro temos o Buracão, uma das favelas mais expressivas da cidade, no outro, ao fundo, temos luxuosos condomínios fechados, como podemos observar na figura 4:

Figura 4 – Paisagem urbana do bairro Carapina x Condomínios



Fonte: Acervo da autora.

Em um território temos casas sobre casas, dificuldade de acesso, carências de direitos básicos, falta de segurança, falta de limpeza urbana e riscos iminentes. De outro lado, mansões, condomínios nobres, segurança redobrada, muros que cercam uma parcela social idealizada, que corrobora com um novo padrão de segregação e desigualdade social, como explicado por Santos (1981, p. 20):

Condomínios são racionalistas porque pretendem criar um ambiente urbano dissociado dos elementos da cidade real. São também totalitários e visam à eficiência. O espaço é planejado para um homem ideal e visa cumprir suas funções básicas. É também uma solução universal, independe da localização, pode ser localizado em qualquer lugar.

E completa (Ibidem, 1981, p. 22):

Condomínios expressam o culturalismo porque pretendem criar um mundo fechado, com restrições para a população de fora de seus muros. A população máxima do condomínio é cuidadosamente prescrita; não é possível ocupar além do limite determinado. O número de unidades estabelece a quantidade de infraestrutura e serviços. Como uma espécie de complemento, existem muros vigiados e acessos controlados. Em alguns casos existem códigos secretos para o acesso, cartões eletrônicos e circuitos fechados de televisão. Em outros existe hora para fechar como nas cidades medievais.

Isso reforça a contradição da paisagem urbana do Buracão, que é composta por espaços contrastantes, de extrema pobreza e extrema riqueza, que se intercala exemplificando o que Santos (2007) denomina como linhas abissais. A linha abissal representa a realidade social dividida em dois universos distintos, visto que em uma mesma paisagem urbana temos a favela, contrastando com as casas de luxo do condomínio. A discrepância de realidades em uma mesma paisagem desnuda o processo de invisibilização social sofrido pela comunidade, que ainda que esteja presente em uma área central e próxima a condomínios de luxo, enfrenta uma realidade repleta de carências.

Para esclarecer, Santos (2007, p. 71) nos traz:

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o "deste lado da linha" e o "do outro lado da linha". A divisão é tal que "o outro lado da linha" desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o "outro". A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo "deste lado da linha" só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética.

Esse processo de invisibilidade social está integralmente interligado à segregação de classes sociais, e se dá, muitas vezes, pela falta de interesse em determinado grupo ou sociedade pela sua profissão, classe social, e até mesmo pelo local em que uma população habita, como

no caso do Buracão.

Para compreender o processo que deu origem a essa contradição, investiga-se o período entre a ocupação e a espacialização local que será descrito abaixo, com contribuições dos moradores locais. Por isso, te convido a passear pelo processo histórico que dá origem ao Buracão. Prepare os calçados!

2.1 DO SERTÃO À CIDADE

Hoje, o município de Governador Valadares/MG é notadamente reconhecido pelo seu histórico de emigração, pelo seu monumento natural Pico do Ibituruna, e por ser a capital mundial do Voo Livre. Entretanto, seu processo de desenvolvimento histórico acarretou em complexas composições territoriais, que deram origem a territórios contrastantes, palcos de extremas desigualdades, violências, carências e invisibilidades.

De Figueira a Governador Valadares, o crescimento do que antes era um pequeno povoado às margens do Rio Doce ocorreu de forma problemática. No entanto, em contramão ao que se pressupõe perante às cidades que apresentam um “caos” urbano, o município teve seu desenvolvimento inicial planejado.

Situada ao leste mineiro, a faixa territorial localizada entre a área central mineradora e o litoral capixaba, denominada “Sertão do Rio Doce”, foi uma das últimas regiões a serem ocupadas no estado de Minas Gerais. Isso porque, no auge da mineração, a Coroa Portuguesa proibiu a ocupação local, visando controlar o contrabando por meio das águas do Rio Doce até o mar, no Espírito Santo. A região, coberta pela vasta mata atlântica, funcionava como uma barreira natural para a prática de contrabando de minério e as autoridades tinham ordem de prender quem chegasse ao litoral pelo Rio Doce (ESPINDOLA, 1999).

Quando então, as matérias primas da exploração mineral se esvaeceram, o interesse do Estado mudou, e a ocupação do território começou a se tornar necessária (ESPINDOLA, 2005). O processo de ocupação dos “Sertões do Rio Doce” foi demarcado pela guerra aos índios botocudos, por incentivos financeiros e fiscais a quem se interessava em fixar na região, isenção de pagamento de dízimos por dez anos, liberação de taxas de importação e exportação dos produtos comercializados por intermédio do Rio Doce. Além disso, o trabalho indígena era consentido aos fazendeiros que se mudassem para a região, como um estímulo à ocupação. No entanto, os incentivos não efetivaram a ocupação conforme a expectativa e, apenas na segunda metade do século XIX, Figueira, em seguida Governador Valadares, se configura em um entreposto comercial de destaque na região, devido à facilidade de transporte viabilizado pelo

Rio Doce, navegável do povoado até a foz (SIMAN, 1988).

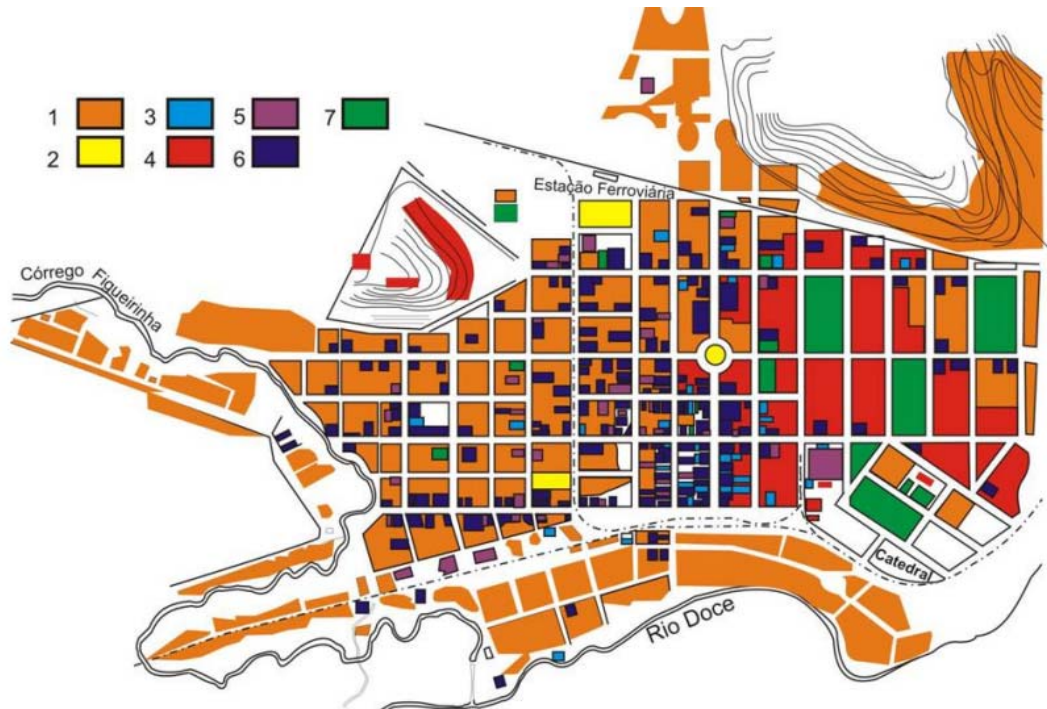
Concomitantemente à construção da ferrovia Vitória-Minas, à época chamada Vitória-Diamantina, a região recebeu um considerável grupo de migrantes e a consolidação de sua posição como entreposto comercial. A instalação da estação ferroviária, inaugurada em 1910, propiciou a chegada de migrantes da própria Região do Rio Doce, do Espírito Santo, Bahia, e de alguns imigrantes de nacionalidade italiana, espanhola e síriaca, além do aumento da importância econômica da cultura do café e extração de madeira para a região (SIMAN, 1988).

Ainda distrito de Peçanha, a partir do interesse em “organizar e planejar” espacialmente esse desenvolvimento foi elaborada a planta topográfica que originou o atual traçado urbano (figura 5), elaborada pelo agrimensor Olympio Freitas Caldas, entre 1915 e 1920 (GUIMARÃES, 2009). Demarcada pelo formato de grelha, o resultado representa a regularidade e racionalidade, conforme narrativa de 1.936 (GIESBRECHT, 1936 apud SIMAN, 1988, p. 73):

Figueira está edificada sobre um solo muito plano, tendo suas ruas traçadas e demarcadas até 2000m de extensão. A orientação das ruas, que se cortam em ângulo reto, é Sul-Norte e Leste-Oeste. Foram projetadas 67 ruas, quase todas demarcadas, embora não em toda a extensão e divididas em 177 quarteirões. A largura das ruas é de 20m e a largura da avenida que corta todas as ruas transversais, do Sul a Norte, é de 30m. A área demarcada é de 300 hectares.

Guiada por princípios universais, como os eixos Norte-Sul e Leste-Oeste, e ignorando a presença do sinuoso Rio Doce, o desenho da cidade remete a proposta de um tabuleiro de xadrez, com referência às cidades romanas (GUIMARÃES, 2009). O desenho foi criado com o intuito de modernizar, desvencilhar da imagem de sertão, assim racionalizando-a, como pode ser observado na figura abaixo:

Figura 5 - Traçado urbano de Governador Valadares.



Fonte: GUIMARÃES, C. M. de O. *Novos Valores, velhas questões. O planejamento urbano em Governador Valadares*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte, UFMG, 2009. p. 54. OBS: Dados modificados a partir de Strauch (1958). Legenda: 1. Casas de classe pobre e operária; 2. praças; 3. comércio varejista e artigos de alimentação; 4. casas classe média e alta; 5. indústrias; 6. comércio e artigos manufaturados; 7. serviços públicos, administrativos, escolas, etc.

A partir dessa ruptura com a natureza, representada pelo traçado da cidade que se desconsidera o Rio Doce, outras fontes de riqueza se tornam realidade para a vida dos moradores locais: as fábricas, a ferrovia e demais comércios impulsionados pela rotina da cidade. Seguindo assim, o progresso se dá a partir da racionalização da cidade por ruas e avenidas largas e previamente calculadas (GUIMARÃES, 2009).

As vias, que foram traçadas em formato de grelha, reproduzindo o modelo europeu, influenciaram a valorização da especulação imobiliária no centro da cidade. No entanto, esse modelo de planejamento não se sustentou por muitos anos, dando origem a diversas problemáticas como a questão em tela.

2.2 O INÍCIO DO CAOS URBANO

Nas primeiras décadas do século XX a cidade sofria vários problemas causados pela falta de infraestrutura urbana. Problemas de abastecimento de água e esgoto, falta de energia elétrica e doenças como a malária se destacavam em meio aos demais. O crescimento da cidade aconteceu de maneira desordenada, visto que entre 1940 e 1950, a população passou de 5.734

para 20.357 habitantes e, na década seguinte, saltou para a ostentosa cifra de 70.494 habitantes (ESPINDOLA, 1999).

Figura 6 - Imagem da Praça Serra Lima e proximidades na década de 1950.



Fonte: Fotos antigas e atuais de Governador Valadares MG (Facebook).

Com o crescimento vertiginoso, naturalmente aumenta-se a demanda por moradia, refletindo diretamente na expansão territorial da cidade. Contrariando o ideal de racionalização e planejamento, muitos bairros foram surgindo de forma clandestina, periféricos à região central, sem planejamento algum, como por exemplo, o bairro Carapina, pois como explica Guimarães (2007, p. 187), “Apesar dessa trajetória de planejamento urbano, o resultado não difere do que conhecemos como caos urbano: desigualdades, ausência de moradia para grande parte da população, falta de infraestrutura, violência urbana, entre outros”.

Alguns bairros surgiram a partir de iniciativas controversas como a do prefeito Raimundo Albergaria, que, com o intuito de atender à crescente demanda, por meio do mecanismo de aforamento, construiu bairros como o Nossa Senhora das Graças, Carapina, Lourdes, Santa Terezinha, dentre outros, destinados à população de baixa renda. De acordo com Siman (1988), tal política mitigava as invasões e ocupações de áreas livres no centro da cidade, na área inicialmente planejada.

2.3 O MORRO DO CARAPINA

Popularmente chamado de Morro do Carapina, o bairro está localizado em uma região Central e seu território ocupa uma porção de área de aproximadamente 56,8 hectares. Em seu entorno imediato estão localizados os bairros Nossa Senhora das Graças, Morro do Querosene, Centro, Alto Esplanada e Esplanada, conforme figura 7:

Figura 7 - Mapa do Bairro Carapina.



Fonte: Google Maps.

Sua topografia e proximidade com o centro urbano da cidade permitem com que seja visto com facilidade por todos os bairros limítrofes. No entanto, existe um processo de invisibilização que permeia sua realidade. Localizado sobre uma colina que se eleva sobre a planície do Rio Doce, o bairro se separa do centro pela linha férrea Vitória a Minas – EFVM, como observado na figura 8:

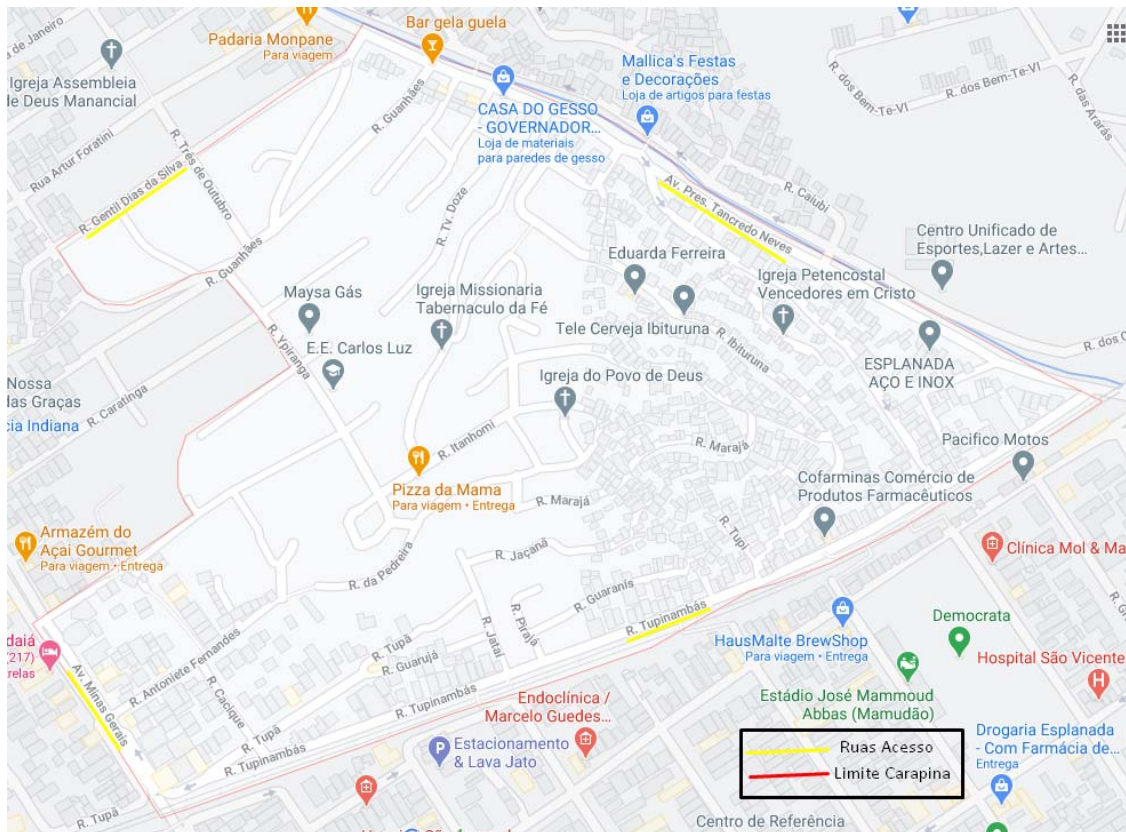
Figura 8 - Vista do Bairro Carapina (2020).



Fonte: Acervo da autora.

O acesso ao bairro se dá principalmente pela Rua Tupinambás, Avenida Minas Gerais, Rua Gentil Dias e Avenida Presidente Tancredo Neves (figura 9), que são vias mais largas e de fluxo mais intenso de veículos, no entanto, demais ruas adjacentes no entorno do bairro garantem o acesso por todas as extremidades no local. Sua localização de proximidade com o centro urbano facilita a locomoção dos moradores.

Figura 9 - Acesso Principal Bairro Carapina.



Fonte: Google Maps.

A proximidade física com o Centro garante facilidade de locomoção e acesso, porém o padrão construtivo das residências, bem como condições das vias, falta de mobiliário urbano e segurança pública aumentam ainda mais a distância social entre os bairros. É explícita a segregação socioespacial ali vivenciada.

Libânio (2010) corrobora com o pensamento de que o bairro Carapina foi criado com a intenção de diminuir a ocupação das áreas livres do centro da cidade. A solução adotada na época foi a criação de novos bairros por meio da venda de lotes a baixo custo. Logo, a ocupação do bairro, que fazia parte da antiga fazenda de Antônio Carapina foi precedida pela falta de infraestrutura e planejamento.

A desocupação do centro da cidade pela população de baixa renda se deu a partir de uma política higienista. De acordo com Libânio (2010), uma política de expansão adotada pela prefeitura, se fez responsável pela nova ocupação, ou seja, “Localizado sobre as encostas de uma colina que se eleva sobre a planície do Rio Doce, o Alto do Carapina se desenvolveu a partir de uma polêmica política de expansão territorial, praticada pela prefeitura local no início dos anos cinquenta.” (LIBÂNIO, 2010, p. 47).

Por ser reflexo social e composto por fragmentos da sociedade, o espaço urbano é profundamente desigual, uma característica própria do espaço urbano capitalista. Corrêa (2004, p. 9) nos explica sobre essa dimensão simbólica do espaço urbano:

Fragmentado, articulada, reflexo e condicionante social, a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Isto envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial, etc.

De acordo com Santos (2014, p. 78), “o espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço”. Sendo assim, esse espaço segregado apresenta-se dentro dessa morfologia como ação resultante de ações do próprio homem, que acaba construindo o espaço atual reforçando a segregação e dividindo classes.

Sob a mesma ótica, a segregação social indica como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade. Para Souza (2003), o resultado da desigualdade que gera a segregação e o processo de diferenciação dos espaços residenciais é uma consequência de diversos fatores altamente problemáticos como a pobreza, o racismo, a violência urbana, a degradação ambiental, os transportes ineficientes, dentre outros. Ressalta ainda cita que os moradores podem reagir de diferentes formas a esses problemas conforme a classe social (SOUZA, 2003).

A expansão no centro urbano de Governador Valadares se deu às custas das classes mais vulneráveis e a ocupação do bairro Carapina foi dramática. Problemas no acesso, a falta de ruas, o risco geológico – desabamentos e erosões – dificultavam a entrada de material de construção e a edificação das casas que, em sua maior parte, era de barro ou tábuas (LIBÂNIO, 2010). As ruas Caratinga e Inhapim foram as primeiras que surgiram, o que possibilitou condições mínimas de acesso automotivo ao bairro. Num geral, as casas eram construídas pelos próprios moradores, individualmente ou por meio de mutirões. Problemas como buracos, lamaçal, distribuição de água e energia elétrica, marcaram a formação do bairro e se estenderam por um longo período (LIBÂNIO, 2010).

De acordo com relatos dos moradores, somente em meados dos anos sessenta que o Carapina recebeu os primeiros postos de energia. Ocorreu, a partir desse momento, a gradativa distribuição elétrica para o restante do bairro e suas respectivas casas. Apenas na virada dos anos sessenta para os setenta foi construída uma caixa d’água no alto do morro. No entanto, esse serviço foi estendido para a maior parte dos moradores somente no início da década de oitenta. Um informante afirmou que este processo foi concretizado graças à criação da

associação de moradores em agosto de 1983 (LIBÂNIO, 2010).

A associação do bairro, denominada Associação Samuel Domingues Gomes – ASDOG, também trouxe outras melhorias para o local. A mobilização dos moradores ganhou a visibilidade da administração municipal da época e reivindicou pela melhoria do calçamento, a criação da escadaria e rampas, que teve suas obras iniciadas durante a década de oitenta.

Conforme o censo 2010, a população de Carapina era estimada em 7.235 habitantes. O bairro conta, atualmente, com mercearias, bares e até mesmo um pequeno supermercado. A maioria dos moradores trabalhava como pedreiros, domésticas, funcionários de armazéns, ambulantes e outras funções ligadas à informalidade (LIBÂNIO, 2010). Além disso, em seu entorno imediato, há acesso a farmácias, grandes supermercados, hospitais e ao comércio básico.

Hoje, a comunidade possui também igrejas, quadras de esportes, posto de saúde e uma escola pública estadual. Não obstante, ainda que com as melhorias, atualmente o Morro do Carapina faz parte da lista dos principais bolsões de pobreza da cidade, conforme dados da Prefeitura Municipal de Governador Valadares (PMGV), e dentre as áreas consideradas mais críticas do Carapina, destaca-se a região do Buracão.

2.4 CONHECENDO A ORIGEM DO BURACÃO

Pouco sabemos sobre a formação exata do Buracão dentro do Morro do Carapina. Atualmente a região possui cerca de 99 famílias coabitando o território de vulnerabilidade que ali se instaura. Sua localização, na área mais íngreme do bairro, é considerada área de preservação permanente (APP), portanto, um local certamente inapropriado para construções. No entanto, logo após a ocupação do bairro, a região foi sendo habitada a partir das necessidades urgentes de moradia da população. A região denominada Buracão, corresponde à porção territorial destacada na figura 10.

Figura 10 - Mapa da Região do Buracão dentro do bairro Carapina.



Fonte: Elaborado pela autora.

Sem estudo prévio ou qualquer planejamento, a ocupação do local se deu de forma desordenada, com construções em área de risco, sem o aporte de projetos arquitetônicos, de contenção ou estruturais. As casas foram sendo construídas lado a lado, sem obedecer aos afastamentos indicados, e as ruas foram criadas sem respeitar as dimensões mínimas. Uma situação comum à maioria das favelas, e que causa inevitavelmente o cenário que vemos atualmente: casas com risco de desmoronamento iminente (Figura 11), com estruturas inapropriadas e condenadas, vielas estreitas (Figura 12) que não comportam o acesso de veículos, falta de acessibilidade, segurança e sanitarismo.

Figura 4 - Casas com risco de desmoronamento.



Fonte: Acervo da autora.

Além disso, a ocupação problemática no restante do bairro Carapina, por si só, desencadeou em diversas situações de moradia irregular. Com o tempo, tornou-se cada vez mais comum as habitações em área de risco. Situação essa, que ao passar dos anos, somada ao descaso do poder público, agravou-se ainda mais, gerando problemas muito além dos estruturais, principalmente socioespaciais, oriundos das vivências e carências de uma comunidade invisibilizada.

Com o intuito de elucidar o surgimento do Buracão, uma das moradoras mais antigas compartilhou a riqueza de suas memórias sobre a formação local. Rosa, 40 anos, nascida no Buracão, ao ser questionada sobre o que se lembra da formação do local, nos conta:

“Olha, a história que eu conheço daqui é que isso aqui era uma fazenda e que as pessoas começaram a vir pra cá, aí cada um foi pegando um pedacinho e foi disso aí que começou, o povo começou a *burlar*, vamos dizer assim. Só que sem estrutura nenhuma, sem projetos nenhum, um fazendo casa em cima do outro, fazendo aqueles pedacinhos de rua pra poder passar... Então tipo assim, o que acontece, aí foi se tornando aquelas partes, tinha lugar onde caía, aí o pessoal ia e construía, pegava de ladinho, aquele lotinho e construía, aí o Buracão era casa de um lado, casa do outro, e aquele pedaço, pra gente poder passar, aquele pedaço de terra pra

poder passar”.

O relato acima nos elucida como foi o processo de constituição das ruas, vielas e moradias do local. Semelhante à maioria dos aglomerados populacionais informais, o Buracão foi surgindo como uma solução para a população que ali chegava, e, ainda que contraditório, tornou-se problema e solução (LORENZETTI, 2001).

Essa afirmação não quer dizer que a favela seja uma escolha, mas uma alternativa de configuração urbana e habitacional às margens do Estado, reflexo da falta de planejamento urbano e de uma inclusão que ocorre de forma precária e instável, marginal ao restante da população (MARTINS, 1997).

Os pedacinhos de rua a qual Rosa se refere são as pequenas vielas que ainda hoje prejudicam o acesso da população e de serviços de saúde, como carros de ambulâncias e de limpeza urbana, agravando ainda mais o problema sanitário do local, acumulando lixo nas vias e impossibilitando a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida.

Figura 12 - Vuelas estreitas e casas sem afastamento.



Fonte: Acervo da autora.

Um marco importante no desenvolvimento do Buracão foi a presença da Associação Samuel Domingues Gomes (ASDOG), fundada em 1.992, que prestava atividades de defesa de direitos sociais, atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte, e demais atividades associativas com cunho comunitário. A associação desenvolveu um trabalho social

de apoio à comunidade, visando melhorias na estrutura física, por meio da construção da escadaria de acesso e reestruturação da rede de esgoto, além de arrecadação de doações, dentre outras ações, conforme descrito por Rosa:

“O bairro era um bairro bem precário na época, bem precário mesmo, era uma situação bem complicada. Aí a Associação veio e começou a dar para o povo: coberta, filtro... Começou a fazer rede de esgoto, a associação começou a fazer a rede de esgoto... Fez o escadão e fez as escadas dali ó, duas escadas, aonde tornou o Buracão, porque era casa do lado, casa do outro e a escada dividiu, aí tomou aquele nome de Buracão”.

É importante ressaltar a informação de que apenas a partir do momento em que a escada foi construída e demarcou a divisão do local em relação ao restante do bairro, que a região foi nomeada de Buracão. Rosa nos conta também, que antes de ser reconhecida como Buracão, a região era denominada popularmente com outras nomenclaturas:

“Na época o povo não falava Buracão, falava “Grotas”. - “Onde você mora?”, “Lá na Grotas”... “Ah, onde você vai?”, “Lá na Grotas”... Ai depois que fez o escadão, ai querendo ou não a escada... Vendo esse negócio de pessoas trabalhando, fazendo a ponte, que se tornou o Buracão. Era Buracão por causa da escada”.

Termos como grotas eram utilizados de maneira pejorativa e incitavam ainda mais preconceitos, especialmente por moradores do restante do Carapina (diário de bordo). Os moradores relatam que até mesmo dentro do bairro há um preconceito com quem mora no Buracão. Os moradores de outras partes do Carapina geralmente não querem ser confundidos e identificados como quem mora no local. Isso se dá, principalmente, devido à falta de patrulhamento na região, resultado da dificuldade de acesso nas vielas, impedindo o combate efetivo da criminalidade, bem como o tráfico de drogas, causando um estigma em sua população.

Ao caminhar pelo Buracão é comum nos depararmos com situações que reforçam a existência de usuários de drogas e violência na região, como podemos observar na figura 13:

Figura 13 - Recado na residência de um dos moradores.



Fonte: Acervo da autora.

Os próprios moradores relatam situações de medo e violência experimentados no local. Jasmine nos conta que sente medo:

“Eu tenho medo pelos meus filhos e pelos meus netos, né. Deles saírem. Não que esses caras venham fazer alguma coisa com eles, mas vai no momento assim, que eles estão chegando, que eles começam a dar tiro, então, a bala não tem olho e eles também não tem”.

Tal cenário representa a existência de múltiplos territórios dentro de uma mesma região. A maneira como os moradores externos ao Buracão se territorializam com o bairro e com a relação em habitar ali é, naturalmente, diferente da maneira como os moradores do Buracão se territorializam e se identificam, bem como, os territórios se apresentam de maneiras distintas, aumentando ainda mais a segregação.

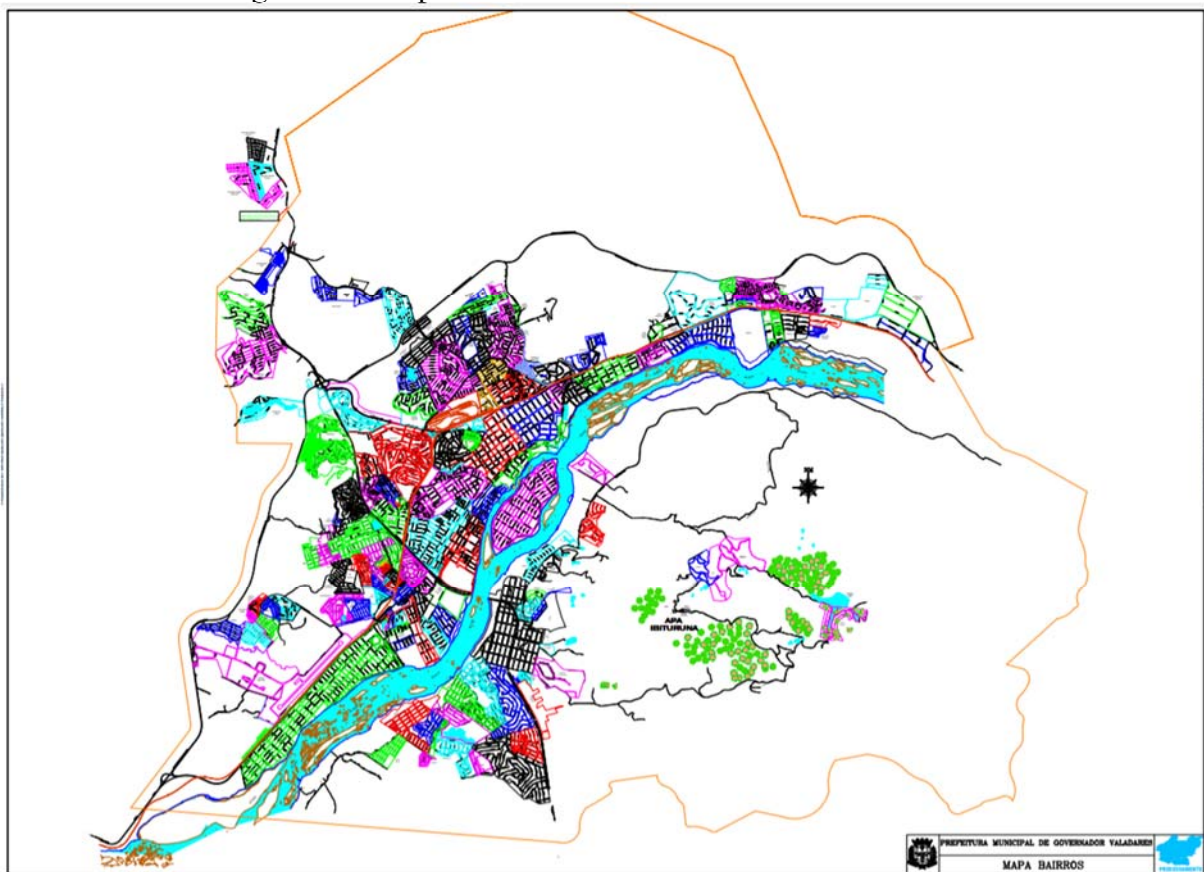
Ademais, a desigualdade existente fora e dentro do próprio bairro apenas reforça que o Buracão se formou a partir de uma inclusão precária na reprodução do espaço, dando origem a um aglomerado humano de exclusão (HAESBAERT, 1995). Para o autor (ibid), o termo

expressa a situação de grupos que passaram por um processo intenso de desterritorialização. Assim, o termo aglomerado, se referindo ao “amontoamento” ou aglomeração humana/urbana em sua dinâmica de exclusão, ou inclusão precária, de forma instável, insegura e insalubre pode ser facilmente exemplificado pela situação dos moradores do Buracão, que após um processo de desterritorialização, se reterritorializaram em um novo território de maneira problemática, sendo assim invisibilizados pela população adjacente.

2.5 PANORAMA URBANO E LEGISLATIVO DE GOVERNADOR VALADARES

A cidade de Governador Valadares é composta atualmente por cerca de 281.046 habitantes (2020), distribuídos em 183 bairros oficiais, além de 12 distritos. Fundada em 30 de janeiro de 1938, possui 83 anos (2021).

Figura 14 - Mapa de bairros de Governador Valadares/MG.



Fonte: Prefeitura Municipal de Governador Valadares/MG.

Como forma de impor condições mínimas de regulamentação para as edificações, garantir conforto, segurança, privacidade, e salubridade, foi aprovado em 31 de março de 1.984

o Código de Obras de Governador Valadares, por meio da Lei nº 2.782/84. No mesmo ano foi aprovada a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei n.º 2.790/84). Passado por diversas atualizações a partir das necessidades apresentadas ao longo dos anos, o Código de Obras atualmente é representado pela lei complementar nº 242, de 30 de abril de 2019, enquanto a Lei de Uso e Ocupação do Solo é representada pela Lei Complementar nº 258/2019. Ao implantar tais diretrizes, o município se atém às necessidades da população, do meio ambiente e normatiza o adensamento urbano.

Tais normatizações se propunham a regularizar novas edificações e loteamentos, mas ainda existia uma grande luta pela reforma urbana e por condições de democratização social no espaço das cidades. Em 1.985 foi criado o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, que movimentou a criação de grupos locais que lutavam por condições dignas de moradias, acesso à infraestrutura urbana, cultura, educação, saúde e segurança. Formado por grupos não institucionais composto por arquitetos, sindicatos, e voluntários, numa perspectiva reformista da sociedade, se encarregaram de desenvolver uma proposta de lei para a Assembleia Nacional Constituinte (SAULE JÚNIOR; UZZO, 2010).

O objetivo primário da proposta seria contribuir para a resolução do perfil excludente das cidades, correlacionando aos pilares da grande problemática urbana – saneamento, habitação, transporte e ocupação do solo – a fim de conceber o acesso à cidade como um direito a todos os seus habitantes. Para isso, foi necessária a participação popular brasileira como forma de atender às reais demandas do povo (SAULE JÚNIOR; UZZO, 2010).

Com a Constituição Federal de 1.988, a luta pela reforma se intensificou, e por meio do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), grandes avanços foram conquistados, o acesso à moradia se tornou um direito social e tornou a função social da propriedade como principal ponto a ser trabalhado por uma política de desenvolvimento urbano a ser criada (BRASIL, 1998), conquistas advindas a partir das contribuições do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, que foram convertidas nos artigos 182 – que determina a função social da propriedade, e 183 – que configura o usucapião urbano.

Como consequência também, obtivemos um grande marco para o urbanismo no Brasil que se deu a partir da criação do Estatuto da Cidade, por meio da Lei Federal de nº 10.257 de 10 de Junho de 2001, cujo objetivo é estabelecer diretrizes gerais da política urbana do Brasil. O estatuto instaurou um cenário de novas perspectivas para o adensamento urbano e para as estratégias de gestão das cidades. Com o intuito de ordenar o crescimento urbano e promover melhorias socioambientais, orientar o uso e a ocupação do solo, e assim criar uma sociedade mais equilibrada e sustentável, determina a comunhão de todos (população e governo) em prol

do desenvolvimento.

É cabido então ao governo conduzir de forma coerente os recursos disponíveis para o investimento em infraestrutura e a criação de leis e normas que regularizem o uso e a ocupação do solo e protejam a população de riscos, como desastres naturais. À União, a criação de normas urbanísticas gerais, promover programas de construção de moradias, melhorias nas condições de saneamento básico e habitação, a ordenação do território e a criação de planos e diretrizes para a promoção do desenvolvimento urbano. À população, a participação das decisões por meio das audiências públicas para discutir projetos e programas direcionados ao meio ambiente natural ou construído, bem como relacionados à segurança e conforto dos habitantes.

Além do Estatuto da Cidade, em 04 de setembro de 2001 foi instituída a Medida Provisória nº 2.220/01 que dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) e delinea avanços de grande impacto no âmbito do desenvolvimento urbano.

O Estatuto da Cidade, ao regulamentar o artigo 182 da Constituição Federal, determinou que os municípios com mais de 20.000 habitantes são entes federados e responsáveis pela elaboração de seu próprio Plano Diretor, com uma data limite até outubro de 2006 para sua conclusão. Na cidade de Governador Valadares, o Plano Diretor foi instituído por meio da Lei Complementar nº 95, de 27 de dezembro de 2006.

Outras Leis complementares que direcionam o desenvolvimento e planejamento urbano locais são:

- Lei nº 6.162/2010 - Lei do Perímetro Urbano;
- Lei nº 258/2019– Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano;
- Lei nº 178/2014 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano;
- Lei nº 242/2019- Código Municipal de Obras e Edificações;
- Lei nº 1398/1967 - Código Municipal de Posturas;
- Lei nº 55/2014 - Código Ambiental do Município;
- Lei nº 172/2014 – Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana.

O arcabouço legislativo municipal prevê o planejamento a partir da ótica de organização e crescimento, respalda os moradores e normatiza as regras para o desenvolvimento urbano. No entanto, a realidade já constituída requer uma nova estratégia. É de extrema importância a criação de políticas de regularização dos assentamentos precários preexistentes, garantindo segurança, conforto e saúde para os moradores, e principalmente, levando em consideração suas reais necessidades.

2.6 UM NOVO CAMINHO

Dada a explicitude da realidade dos assentamentos precários de grande parte dos centros urbanos oriundos de décadas de falta de planejamento urbano no país, as políticas urbanas existentes até então se mostravam nitidamente ineficazes para a resolução do caos já instaurado. Um novo olhar precisava ser direcionado às cidades, em especial às áreas de risco e vulnerabilidade.

Novas estratégias foram surgindo frente à necessidade de reorganização e planejamento urbano, em especial às regiões precárias com problemáticas relacionadas ao crescimento desordenado e grande adensamento urbano. Somente a partir da década de 2000 a União passa então a incorporar essa necessidade como o eixo da política habitacional, idealizando programas que possuem o grande desafio de requalificar condições de vida e habitação, gerando uma quebra de paradigmas no quesito política urbana, superando todas as ações anteriores (VIEIRA, 2015).

Uma das ações foi a criação em 2005 do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, possuindo gestão do Ministério das Cidades (MCidades) e sendo operado por meio de recursos do Orçamento Geral da União (OGU). Os recursos do programa são oriundos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e acrescido das contrapartidas obrigatórias dos estados, municípios e do Distrito Federal.

A escala do problema de ocupação desordenada impossibilita a realocação de todas as famílias para conjuntos habitacionais (VIEIRA, 2015). Com isso, foi criado em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com o objetivo de melhorar as condições de habitação, acessibilidade e mobilidade em assentamentos precários nos centros urbanos, por intermédio de obras de infraestrutura com foco nas soluções para os problemas de drenagem, segurança, iluminação, abastecimento de água, construção e reconstrução de moradias e ruas, dentre outras.

O Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários foi incorporado então ao PAC em 2007, e de acordo com o Manual de Instruções¹ do programa, os critérios para seleção de área de intervenção e para beneficiários finais são:

¹ O Manual de Instruções está disponível no link: http://aprece.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Manual_PAC_Favelas_2007_2010.pdf

A área de intervenção deverá ser ocupada por, pelo menos, 60% (sessenta por cento) das famílias com renda até R\$ 1.050,00 (um mil e cinqüenta reais), e, ainda:

- a) ser ocupada há mais de cinco anos; ou
- b) estar localizada em situação que configure risco ou insalubridade ou seja objeto de legislação que proíba a utilização para fins habitacionais, nestes casos, em qualquer período de ocupação.

De acordo com o Manual de Instruções, o intuito seria implantar ações relacionadas à regularização fundiária, salubridade, segurança, habitabilidade, por meio de ações integrativas à inclusão social (BRASIL, 2010). Dito isto, o município de Governador Valadares, que de acordo com os dados do IBGE de 2000, critério adotado para selecionar as cidades no período, possuía 7.482 moradias em assentamentos precários, correspondendo a 29.818 habitantes, encaixava-se nas condições de público alvo do programa (CARDOSO, 2019).

Com o objetivo de reparar o déficit habitacional indicado pelo censo IBGE 2000, havia, de acordo com o Programa, a necessidade de aporte total de recursos no valor de R\$ 97.266.000,00.

De acordo com Cardoso (2019, p. 59):

Em 2009, ano da seleção da proposta, a cidade de Governador Valadares, que já havia sido beneficiada com recursos no valor de R\$ 41.952.512,47 em 2007, necessitava de um aporte adicional, no valor aproximado de R\$ 55.000.000,00, para fazer frente à grande demanda que ainda existia.

A partir de então, para se encaixar nas diretrizes do Programa e receber o recurso proveniente do FNHIS, o município precisou cumprir as regras preestabelecidas. Entre elas, houve a necessidade da criação de um Fundo, destinado à Política de Habitação de Interesse Social, bem como um Conselho constituído por membros de entidades públicas e privadas ligados à área de habitação, que seria responsável por gerir esse Fundo, com representatividade mínima de 25% (BRASIL, 2010).

Cardoso (2019, p. 60) nos elucida que:

O Fundo Municipal de Habitação Popular foi criado por meio da Lei 4.857, em 2001, mesmo ano de criação do Conselho. Contudo, devido à exigência da representatividade mínima de 25% dos segmentos da sociedade, o Conselho Municipal de Habitação precisou ser alterado, em 2008, pela Lei n.5.820/08, para se adequar às diretrizes do FNHIS. Dessa forma, desde 2008, com a adequação do Conselho, que a cidade passou a atender aos pré-requisitos estabelecidos pelo Programa.

A exigência da composição mínima de 25% de membros da sociedade foi uma articulação conquistada por meio dos Movimentos Nacionais de Reforma Urbana (MNRU),

para garantir a participação da população na tomada de decisões. Entre os membros do Conselho Municipal de Habitação², podemos observar três representantes eleitos do Movimento Popular por Moradia. Entre suas atribuições, tem a responsabilidade de acompanhar a gestão econômica e financeira, aprovar os projetos direcionados à reurbanização das favelas, além de acompanhar o processo de regularização fundiária das áreas selecionadas pelo Programa. No entanto, não é possível mensurar o envolvimento dos membros no programa devido à falta de mobilização relacionada ao Programa (CARDOSO, 2019).

Assim que os pré-requisitos foram atendidos, o município apresentou ao MCidades a Carta Consulta no valor de R\$ 53.748.478,26, durante o mandato da prefeita Elisa Costa (2009-2012), prevendo investimentos para os bairros Atalaia/Ipê, Carapina/Santa Efigênia, Altinópolis/Mãe de Deus (CARDOSO, 2019). Uma longa jornada, repleta de obstáculos, se iniciou desde então.

2.7 PROJETO DE INTERVENÇÃO E REASSENTAMENTO NO CARAPINA

A partir do processo de incorporação do município ao Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, várias etapas se iniciaram para a viabilização das propostas. Entre elas, o diagnóstico das áreas de intervenção prévio ao desenvolvimento dos projetos (CARDOSO, 2019). A importância do diagnóstico é de identificar, conhecer, entender as reais necessidades e as relações dos moradores com o território em que habitam, para assim propor um trabalho de intervenção que respeite os moradores, suas memórias, identidades e vivências.

Recomenda-se que o diagnóstico seja elaborado por uma equipe composta por profissionais da área de urbanização, engenharia, arquitetura, psicologia e assistentes sociais, fornecidos pela prefeitura ou empresa contratada para a elaboração do projeto, além da participação de moradores voluntários (CARDOSO, 2019).

A existência de uma equipe interdisciplinar para a compreensão do fenômeno é

² O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS será constituído por 12 (doze) membros titulares e igual número de suplentes, entre representantes do Poder Público e representantes de segmentos da sociedade civil que desempenham atividades relativas à produção de moradia, na seguinte forma: I - Entidades Populares: composta por 03 (três) representantes, sendo: a) 03 (três) representantes de entidades gerais do Movimento Popular por Moradia; II - Entidades vinculadas à produção de moradia: composta por 03 (três) representantes, sendo: a) 01 (um) representante de entidade empresarial; b) 01 (um) representante de entidade de profissionais liberais; c) 01 (um) de Central Sindical ou de Sindicato de Trabalhadores. III - Poder Público: composto por 06 (seis) representantes, a saber: a) Secretário (a) Municipal de Planejamento e Coordenação de Governador Valadares; b) 01 (um) representante da Secretaria de Assistência Social; c) 01 (um) representante da Secretaria de Governo; d) 01 (um) representante da Câmara Legislativa; e) 02 (dois) representantes indicados pelo Executivo.

reforçada durante o processo. Isso porque um projeto de intervenção urbanística envolve fatores que transcendem as barreiras arquitetônicas. É necessário o acompanhamento profissional que dê subsídio para a o processo de preparação e aceitação dos moradores, bem como para a compreensão das melhorias que irão advir.

Cardoso (2019, p. 62), em seu estudo sobre os desdobramentos do Programa em Governador Valadares, nos traz que:

O trabalho social, segundo o manual do Programa, é responsável por criar mecanismos capazes de fomentar e valorizar as potencialidades dos grupos sociais atendidos, fortalecer os vínculos familiares e comunitários e viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão. Mas, no caso específico de Governador Valadares, segundo os relatórios apresentados até agora à Caixa Econômica Federal, as atividades de trabalho social são bastante incipientes. Sendo assim, a população atendida não foi mobilizada de forma efetiva durante a elaboração do diagnóstico.

Após o diagnóstico, a empresa contratada pelo município, a SANAR – Saneamento, Arquitetura e Urbanismo Ltda., deu início aos projetos que seriam apresentados à Caixa Econômica Federal, que participa do processo como mandatária do Governo Federal.

De acordo com Cardoso (2019, p. 62):

A Caixa solicita ao município a documentação técnica exigida no Manual do Programa, para análise dos seus engenheiros, que verificam se a mesma está viável quanto ao enquadramento, à funcionalidade, aos preços e à compatibilidade entre as peças técnicas. Se tudo estiver viável, é formalizado o Termo de Compromisso seguindo para a homologação do Gestor.

Em relação ao bairro Carapina, que é o território foco neste estudo, a empresa optou por dividir a região em quatro áreas distintas, tomando como pressuposto a aceleração dos projetos. O critério para divisão se deu por meio das sub-bacias de contribuição de águas pluviais. De acordo com Cardoso (2019), uma das áreas foi urbanizada em outro termo de compromisso do PAC.

Portanto, as três áreas referentes ao bairro foram subdivididas da seguinte forma:

- Área I: Sub-bacia que compreende as ruas Galileia, Tumiritinga, 9 de Julho e becos adjacentes;
- Área II: Sub-bacia que compreende as ruas Itanhomi, Jaçanã, Ibituruna e becos adjacentes;
- Área III: Sub-bacia que compreende as ruas Manhuaçu, Inhapim, Cacique, Antoniete Fernandes e becos adjacentes.

Figura 15 - Localização das áreas de intervenção.



Fonte: CARDOSO, Rogério Silva. Urbanização de Assentamentos Precários em Governador Valadares. Dissertação de Mestrado. Governador Valadares, GIT, 2019, p. 76.

A empresa SANAR realizou diversas visitas no bairro a fim de identificar os principais problemas relacionados à infraestrutura e caracterizar as áreas de intervenção (CARDOSO, 2019). Não é novidade que as condições de acesso e locomoção demarcam todo o Morro do Carapina, acarretando na dificuldade do trânsito de veículos, patrulhamento, resgate e acesso dos moradores. Diversas quadras são acessadas apenas por vias mais estreitas, e escadarias, que permitem apenas o acesso de pedestres, em condições contrárias ao recomendado para mobilidade urbana.

Em especial a região do Buracão, correspondente à sub-bacia da Área I, que se encontra em maior precariedade, devido à sua localização na área mais íngreme do bairro. Seus moradores se encontram sujeitos a risco constante de desmoronamento de terra, com redes de esgotos expostas, problemas na rede de drenagem, limpeza urbana e acessibilidade.

O projeto urbanístico proposto pela empresa SANAR recomendou, devido ao grande adensamento urbano e concentração de moradias em locais de risco, a implantação de novas vias de acesso, bem como a previsão de áreas de convívio para os moradores, que atualmente não possuem locais apropriados, como praças com equipamentos públicos. No entanto, para que isso ocorra, será necessária a desapropriação e realocação de alguns imóveis (CARDOSO, 2019).

Os projetistas responsáveis justificaram a escolha dos locais a serem desapropriados, afirmando que foram feitas a fim de minimizar o impacto social, elegendo preferencialmente as moradias com menor padrão construtivo, que possuíam problemas estruturais, maiores riscos de desmoronamento ou que estivessem abandonadas (CARDOSO, 2019). O Projeto Urbanístico da Área I prevê a interligação de vias, criação de novos acessos, recuperação de rampas e escadas, preservação de área verde e criação de sistemas de contenção, como é possível observar na figura 16.

Figura 16 - Projeto de Intervenção da Área I, Carapina.



Fonte: Empresa SANAR.

O Programa prevê o assistencialismo de um “aluguel social” para as famílias que forem desapropriadas no momento da obra, enquanto as novas moradias estiverem sendo construídas, bem como a realização de um trabalho social de acompanhamento psicológico dessas famílias que serão reassentadas, o que dificulta o andamento do processo, visto que o acompanhamento social se encontra em fase preambular (CARDOSO, 2019).

Infelizmente, durante o período das reuniões do grupo SOS Buracão, os moradores relataram que o trabalho de acompanhamento social não estava sendo de fato realizado. Muitos moradores que seriam realocados nem mesmo sabiam que seus imóveis estavam relacionados

para serem demolidos durante o processo de reurbanização das vias. Foram presenciadas, inclusive, cenas de revoltas de moradores que não queriam se mudar e lidavam com a insegurança de não saber se faziam parte da proposta de realocação.

A grande adversidade advinda da previsão de realocação é o processo de desterritorialização, ao qual os moradores são expostos involuntariamente. De acordo com Haesbaert (2004), os processos oriundos da desterritorialização correspondem a uma sensação de perda de referências espaciais e a um processo de desenraizamento involuntário, com perda de autonomia e liberdade na apropriação simbólica e funcional do espaço geográfico ao qual estava inserido, e conseqüentemente, uma crise social e psicológica com questões de afirmações identitárias e econômicas.

No ponto de vista espacial, a desterritorialização corresponde a um processo, por vezes violento e involuntário, de privação do espaço ao qual o indivíduo está inserido na sociedade, em que se relaciona concomitantemente com o grupo e com a paisagem ali existentes. É uma ruptura da ligação cognitiva, da territorialidade constituída por determinado período de tempo, dos elos topofílicos do espaço, que para Yi-fu Tuan (1980), correspondem ao elo afetivo entre a pessoa e o meio ambiente físico.

Seguindo a perspectiva de Haesbaert (2004), é uma perda do território, ou do controle e segurança adquiridos naturalmente por meio da apropriação do espaço geográfico, que fortalece o sentimento de vulnerabilidade. A dinâmica da desterritorialização pode variar de acordo com a duração, intensidade, quadro social e localização.

Por se tratar de um processo de percepção individual, ainda que exista posteriormente um processo de reterritorialização em outro espaço geográfico, se faz necessário o acompanhamento social dos moradores, para compreensão do pertencimento, memórias e sentidos do espaço em que habitam, para assim, prepará-los para o processo de reassentamento, visando minimizar a vulnerabilidade e demais problemas que possam se cadenciar a partir da mudança brusca de mobilidade espacial de cada indivíduo. No entanto, essa etapa ainda não se realizou, o que dificulta o andamento do processo.

2.8 A INVISIBILIDADE DE UMA PERIFERIA CENTRAL

A etimologia da palavra periferia é derivada do latim *peripheria*, e possui antecedentes na língua grega, *periphéreia* (de *perí*, "em torno", e *pherein*, "levar"). É definida como a região afastada do centro, isto é, aquilo que o rodeia, um contorno ou um perímetro. No urbanismo, podemos conceituá-la como subúrbios, regiões ou zonas, afastadas do centro urbano.

O contraditório, no entanto, dá-se pelo fato da localização central do bairro Carapina, além de ser considerado um dos mais antigos bairros da cidade de Governador Valadares, é também um dos bairros mais bem localizados do município, fazendo divisa com o Centro, Nossa Senhora das Graças, Esplanada e Alto Esplanada, bairros considerados nobres, de classe média e alta.

Dessa forma, a incompatibilidade se institui a partir da coexistência de dois universos sociais dessemelhantes, que coabitam lado a lado. De uma perspectiva, a área central da cidade, demarcada por casas, comércios, escolas, igrejas, que possuem condições de acesso, segurança e visibilidade, e por outra, tão próxima, a favela, demarcada pelo excesso de faltas, pela inclusão precária e pela invisibilidade.

Grande parte dos problemas vivenciados no Buracão é causada pela ocupação do solo de forma irregular e pela morfologia da favela. Sua topografia, naturalmente, propõe grande risco de deslizamento de terra. Algumas casas já foram completamente destruídas e, de acordo com relatos dos moradores, a vulnerabilidade das pessoas, construções e outras materialidades são iminentes, pois a cada temporal podem ser vistos novos deslizamentos (diário de bordo).

Figura 17 - Imagem do Buracão.



Fonte: Acervo da autora.

Por intermédio de visitas realizadas no local, é possível notar que a rotina dos moradores é pontuada pela carência de direitos que lhes são fundamentais, individual e coletivamente, como por exemplo, o direito ao saneamento básico, denotando uma situação extrema de desigualdade social, econômica e ambiental.

Tais carências se relacionam diretamente com a dignidade da pessoa humana, que é entendida como o fundamento maior do Estado Democrático Social de Direito brasileiro (artigo 1º, inciso III, da CF/88). É um princípio intangível, pois é tido como um valor que deve ser amparado e consolidado. Enquanto valor supremo, está diretamente relacionado com a satisfação das necessidades básicas do ser humano. No entanto, é muito comum ver o direito dessas pessoas completamente sucumbido à falta de interesse público.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS/2010), o saneamento é o controle dos fatores do meio físico do homem, que efetuam ou podem ocasionar efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social da população. É o entrelaçamento de medidas empregadas em um determinado local para melhorar a vida e a saúde dos habitantes, impossibilitando que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas em seu bem-estar. No país, essa formulação é prevista pela Lei Federal nº 11.445/07.

Todavia, na realidade vivenciada na região, não se tem garantida a efetividade dessa legislação. Parte do acesso ao Buracão se encontra deteriorado, ou tomado por lixo e vegetação. A falta de acessibilidade impede e/ou dificulta a circulação dos moradores e o problema se agrava ainda mais para os idosos, grávidas ou pessoas com mobilidade reduzida. A falta de coleta de lixo e problemas recorrentes na rede de esgoto, principalmente entupimento e vazamento, se tornam uma questão ambiental, social e de saúde pública. A ausência de proteção e segurança, tal como inexistência de guarda-corpos em locais públicos de circulação, é apenas mais uma das dificuldades observadas no local.

Figura 18 - Acesso ao Buracão em novembro/2016.



Fonte: Acervo da autora

Além dos problemas físicos do local, os moradores relatam que sofrem preconceitos e são vítimas de discriminação diariamente por morarem no local, alguns já perderam o emprego por contarem onde moravam, outros preferiram mentir a localização para não diminuírem as possibilidades de serem contratados. Esses são apenas pequenos exemplos da discriminação sofrida pelos moradores. Ademais, a falta de interesse da gestão pública, o descaso com a população, as negligências de direitos que lhes são básicos, somados ao preconceito externo, são realidades vivenciadas dia após dia.

A respeito das situações de preconceito vivenciadas, Rosa nos conta detalhadamente em entrevista:

“Antigamente sim, já sofri, já perdi um emprego por morar no Carapina, já fui testada na casa da minha patroa por morar no Carapina... Ela pegou dinheiro, colocou em cima da escrivaninha, lá no quarto dela. Eu entrei, limpei, o dinheiro estava lá... Simplesmente peguei o dinheiro, tirei de lá e coloquei dentro da gaveta, para eu limpar tudo. Limpei, deixei lá. Ai na hora que ela chegou, ela falou assim: “Oh Rosa, havia um dinheiro em cima da escrivaninha...”, eu falei assim: “Sim, está dentro da gaveta!”, que eu fui limpar”.

A Psicologia Social explica a existência do preconceito a partir da associação da pessoa em relação ao grupo. De acordo com Allport (1954), seria uma atitude negativa em relação a uma pessoa baseada na crença de que ela tem as características negativas atribuídas a um grupo. Isso explica o fato de tantos moradores do bairro Carapina, e ainda mais explicitamente do Buracão, sofrerem preconceitos apenas pelo fato de falarem que habitam nesses locais.

A criação de um estereótipo seria o viés central na formação do preconceito. Os estereótipos são características atribuídas às pessoas baseadas no fato delas fazerem parte de um grupo ou de uma categoria social (OAKES, HASLAM & TURNER, 1994). Além de Rosa, Camélia também nos conta uma situação de preconceito que sofreu ao dizer para sua patroa que morava no bairro Carapina:

“Tem uns doze, treze anos, fui trabalhar em uma casa, fui eu e uma amiga minha, nós fomos trabalhar numa casa lá na Ilha³ [...] Quando a mulher descobriu que nós éramos aqui do Carapina, porque ela não sabia onde é que eu morava, porque ela não me perguntou, nem nada, ninguém perguntou... [...] Ai o filho dela chegou e perguntou, falou assim: - “Você mora aonde?”, e eu falei assim: - “Eu moro lá no

³ A Ilha a qual Camélia se refere é o bairro Ilha dos Araújos. É uma ilha contornada pelo Rio Doce, situada no município de Governador Valadares. É a maior ilha natural do Rio Doce e já era povoada desde o início dos anos 1960. Atualmente, é um bairro densamente povoado, com habitantes de classe média e classe média alta.

bairro Carapina, moro lá no bairro Carapina...”, aí ele olhou pra mãe dele e falou pra mãe dele: - “A senhora é doida mãe? Pega essas pessoas lá do bairro Carapina pra por pra trabalhar aqui dentro de casa? Vai assaltar a senhora aqui”, só que ele não me viu. Ele tinha perguntado e foi lá falar com a mãe dele, só que eu estava limpando lá, eu ouvi, aí eu sai de lá de dentro...”

O estereótipo criado para o Carapina associa o bairro a um lugar perigoso e violento, logo, os moradores sofrem discriminação apenas pelo fato de morarem lá. No caso da região do Buracão, além do preconceito, os moradores sofrem pela invisibilidade do local, que nem mesmo é conhecido pela população da cidade. Uma favela camuflada em área central, desconhecida, desamparada e invisibilizada.

2.9 DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO PRECÁRIA

Ainda que contraditório, a favela se tornou problema e solução, tal condição é confirmada por Lorenzetti (2001), que nos elucida:

A favela é sem dúvida, uma das formas mais comuns que a população de baixa renda tem encontrado para fazer frente à falta de opção para moradia. [...] Embora sua existência configure um problema social bastante grave, não pode deixar de ser vista também como uma espécie de ‘solução’ para esta população, uma vez que, com sua localização definida, via de regra, pela proximidade dos pontos de trabalho, implica em menores despesas de transporte, além da possibilidade de não pagamento do aluguel e de certos tributos (LORENZETTI, 2001, p. 10).

Essa afirmação não quer dizer que a favela seja uma opção, mas uma alternativa de configuração urbana e habitacional às margens do Estado, reflexo da falta de planejamento urbano e “inclusão precária e instável, marginal” (MARTINS, 1997, p. 20).

É dessa forma que a ideia de exclusão, que assume a existência de outra parcela incluída, deve ser repensada, pois, segundo Martins (1997), o período entre a exclusão e a inclusão, que deveria ser transitório, vem se transformando num modo de vida permanente e criando uma sociedade paralela, que é incluída do ponto de vista econômico e excluída do ponto de vista social, moral e político (MARTINS, 1997, p. 33-34).

Martins (1997) afirma que não existe a completa exclusão, pois ela se dá em um processo de transitoriedade, onde a parcela excluída se reorganiza em outras formas de inclusão, ainda que precárias. Esse é caso da habitação em áreas de riscos e favelas, como o Buracão. A partir de um processo excludente de parcela da população do centro da cidade, os moradores

reorganizaram suas formas de habitar no morro do Carapina e posteriormente, no Buracão.

Tal apontamento será adotado neste trabalho, com o intuito de afastar os paradigmas deterministas da exclusão social, carregado de conceitos preestabelecidos, e aproximar de uma nova forma de pensar neste fenômeno, por meio da concretude dos sujeitos envolvidos que não estão inertes à situação e que se reconstruem, se incluem ou são incluídos a outros processos de diversas formas, imprimindo ao Buracão sentidos muito próprios do habitar.

Toda forma de habitar cria laços, memórias, vivências e experiências que são únicas. Seja de um lado ou do outro da linha abissal, em bairros nobres ou carentes, nas favelas ou em grandes centros, aquele que habita cria inevitavelmente um laço invisível com o território em que está inserido, e nele há um conjunto de sentimentos e percepções que dão origem a um sentido de habitar.

2.10 OS SENTIDOS DO HABITAR

O termo sentido, muito além de sua tradução literal, que se restringe em limitá-lo à categorias gramaticais – ora adjetivo, ora substantivo masculino, ora conjugação verbal – será explorado na dissertação e se desenvolve a partir da relação do ser com o sentir.

Fuão (2004, p. 12) nos traz que:

O sentido do espaço só existe a partir da experiência do ‘eu’; portanto, o sentido do espaço da arquitetura não está no interior da abstração do espaço, no interior da arquitetura, na relação utilitária entre o cheio e o vazio, e tampouco nas entranhas das paredes. Qualquer sentido que se possa atribuir está fora dele, muito além de sua superfície. Está no interior de quem o vivencia, está nas pessoas que nele se deslocam constantemente. Curiosamente transportamos o sentido do espaço para qualquer lugar que formos.

Cada ser humano carrega consigo, então, um sentido de espaço pessoal, suas próprias raízes, memórias e anseios. Isso explica o fato de que, muitos daqueles que se mudam de sua terra natal, ou mesmo do local em que nasceram, não deixam para trás suas características e hábitos, e em outra parcela das vezes, jamais reaprendem outras formas de habitar.

E o verbo “habitar”, aqui descrito, vem indissociável do ato fazer morada. Em Construir, morar e pensar, (Bauen, Wohnen, Denken), Heidegger (1954) buscará uma correlação entre essas palavras, explorando seus limites, promovendo a questão do habitar para além do senso comum da arquitetura.

Para Heidegger (1954), o ato de morar dá origem ao ser, pois somos o que somos por

influência das nossas moradias, pensamos o que pensamos por meio da casa, do lugar, afinal ela também molda o nosso pensar. E completo acrescentando que ela também molda o nosso sentir. O autor nos convida a olhar para a casa como uma paradoxal simultaneidade, ao mesmo tempo em que construímos, somos também construídos. E traz assim, a dimensão do lugar e da morada como fatores determinantes do nosso pensar, do nosso ser.

O verbo *wohnen*, em maior parte das suas traduções, traz o significado de habitar, mas também pode ser traduzido como morar, residir, viver. Enquanto *bauen* traz o significado de construir, edificar. O texto de Heidegger (1954) assume então um caráter desconstrutor, em concordância aos nossos objetivos. Sugere que os lugares não são estáticos, mas nos falam, comunicam, ensinam, constroem um pensamento distinto (HEIDEGGER, 1954).

De antemão, o autor nos explica que:

Esse pensar o construir não pretende encontrar teorias relativas à construção e nem prescrever regras à construção. Este ensaio de pensamento não apresenta, de modo algum, o construir a partir da arquitetura e das técnicas de construção. Investiga, bem ao contrário, o construir para reconduzi-lo ao âmbito a que pertence aquilo que é (HEIDEGGER, 1954, s.n).

Heidegger (1954) traz como temas centrais os questionamentos “1. O que é o habitar? 2. Em que medida pertence ao habitar um construir?” e se desdobra em esclarecer a correlação entre tais ações. A princípio, afirma “Parece que só é possível habitar o que se constrói. Este, o construir, tem aquele, o habitar, como meta” (HEIDEGGER, 1954, s.n), e se questiona:

Mas será que as habitações trazem nelas mesmas a garantia de que aí acontece um habitar? As construções que não são uma habitação ainda continuam a se determinar pelo habitar uma vez que servem para o habitar do homem. Habitar seria, em todo caso, o fim que se impõe a todo construir. Habitar e construir encontram-se, assim, numa relação de meios e fins. Pensando desse modo, porém, tomamos habitar e construir por duas atividades separadas, o que não deixa de ser uma representação correta. As relações essenciais não se deixam, contudo, representar adequadamente através do esquema meio-fim. Construir não é, em sentido próprio, apenas meio para uma habitação. Construir já é em si mesmo habitar (HEIDEGGER, 1954, s.n).

Fuão (2004, p. 01), por meio da sua análise sobre Heidegger (1954), nos apresenta que “A essência de construir é deixar morar”, enquanto Heidegger (1954, s.n) afirma que

Morar é, porém, o traço essencial do ‘ser’ de acordo com o qual os mortais são. Quem sabe se nessa tentativa de concentrar o pensamento no que significa morar e construir torne-se mais claro que ao morar pertence um construir e que dele recebe sua essência. Já é um enorme ganho se morar e construir tornarem-se dignos de se questionar e, assim, permanecerem dignos de pensar.

Heidegger (1954) nos mostra, assim, a importância da atribuição de significados na arquitetura. Um espaço geográfico só se torna um lugar a partir do momento em que uma pessoa ou grupo concede a ele. E completa “os espaços abrem-se pelo fato de serem admitidos no habitar dos seres humanos” (HEIDEGGER, 1954, s.n). Os sentidos de pertencimento, então, a um lugar e de permanência nele estão ligados, no que concerne à dimensão espacial aí envolvida, aos aspectos mais básicos deste processo incessante de autocompreensão da existência.

Sarlo (2014) vai além. Ao estudar a antropologia social em diálogo com as dinâmicas urbanas da cidade de Buenos Aires, debruça-se a compreender, por meio de um processo de etnografia, os que vivem à margem da cidade, chamando a atenção para a parcela excluída da “modernização” e da infraestrutura básica urbana, como as pessoas em situação de rua. Além disso, também pontua sobre os processos de favelização como consequência dos desdobramentos da modernização. E nessa busca pela compreensão dos sentidos de habitar às margens da sociedade, nos confirma que a noção de habitar transcende o espaço geográfico.

Isto é:

[...] habitar não é estar passivamente em um lugar, habitar pressupõe criar sentidos, criar relações, desdobramentos e aprofundamentos na espacialidade onde se inscreve um homem. Habitar é uma experiência de amorosidade, de afetividade, é um processo de imaginação. O ato de habitar não se resume somente à casa como objeto de construção (SARLO, 2014, p. 147).

Dentro dessa ótica, Norberg-Schulz (1980, p. 05) conclui:

O homem habita quando pode orientar-se dentro e identificar-se com um ambiente, ou, simplificando, quando experimenta significativamente o ambiente. Habitar, dessa forma, implica em algo mais do que abrigar. Implica que os espaços onde ocorre a vida são lugares, no verdadeiro sentido da palavra. Um lugar é um espaço com uma característica distinta. Desde os tempos arcaicos o *genius loci*, ou ‘espírito do lugar’, tem sido reconhecido como a realidade concreta que o homem deve encarar e aceitar em sua vida diária.

É nesse sentido que o habitar pressupõe criar sentidos, laços e relações de afetividade com o espaço geográfico. Seria reducionismo classificar a circunstância de viver em um local semelhante ao Buracão como bom ou ruim, sem conhecer os sentidos que os moradores locais atribuem ao espaço vivido. Isso porque, a avaliação de uma pessoa externa ao Buracão é baseada em conceitos preestabelecidos em relação à estética ou padrões sociais, como confirma

Tuan (1980, p. 74):

A avaliação do meio ambiente pelo visitante é essencialmente estética. É a visão de um estranho. O estranho julga pela aparência, por algum critério formal de beleza. É preciso um esforço especial para provocar empatia em relação às vidas e valores dos habitantes.

Por meio de tantas contribuições, é possível afirmar que o sentido de cada lugar é íntimo e subjetivo, atribuído por cada pessoa que o habita de uma maneira distinta. Tal sentimento justifica as relações de cada morador com o território em que vive, e explica o desejo de parte daqueles que não querem se distanciar do lugar em que nasceram, cresceram e se desenvolveram, ainda que este, sob o jugo externo, não apresente condições dignas de moradia.

3 BURACO DOS SENTIDOS: ELOS TOPOFÍLICOS DO HABITAR

No cerne deste capítulo, discorro sobre a relação dos moradores locais com o território em que habitam, com o auxílio da narrativa de Tuan, Haesbaert e Di Méo. Investigamos a maneira como os moradores percebem, enxergam e se relacionam com o local, bem como os elos invisíveis e subconscientes que constituem as relações e os sentidos que eles atribuem ao espaço vivido no Buracão.

3.1 OS LAÇOS AFETIVOS DOS SUJEITOS COM O MEIO AMBIENTE MATERIAL

O universo de pesquisa apresentado anteriormente, composto pela localização, tipologia das moradias, ruas, acessos e estruturas, compõem o que denominamos na geografia humanista de meio ambiente material, aquilo que faz parte da constituição visível de uma comunidade. No entanto, são as frações invisíveis, compostas pelas relações, identidades, memórias, expectativas e valores em relação ao ambiente, que fornecem subsídios para o capítulo que iniciamos, os elos invisíveis com o local.

Para a geografia cultural, o meio ambiente material é representado pelo conceito de lugar, e passa a ser entendido como “[...] o espaço vivido, dotado de valor pelo sujeito que nele vive [...], é onde a vida se realiza, é familiar, carregado de afetividade, o que o torna subjetivo em extensão e conteúdo, bem como em forma e significado” (PARANÁ, 2008 p. 60).

O geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan (nascido em 5 de Dezembro de 1930), uma importante figura da geografia humanista, nos presenteia com o clássico livro “Topofilia” em 1980, uma importante contribuição para a epistemologia da geografia. Uma referência não somente para os estudos da geografia humana, mas também para todos aqueles que se desdobram em compreender as relações com o ambiente, pois propõe uma nova forma de olhar a relação Homem-Natureza. Questiona quais são nossos ideais ambientais, as nossas percepções, a nossa forma de nos relacionar e significar o universo ao nosso redor. Nos incita a compreender a construção de valores atinentes ao meio ambiente, as diferentes percepções de mundo e experiências ambientais.

Literatura, antropologia, psicologia, história, religião, literatura, pedagogia, estética, dentre outras disciplinas, surgem em seu trabalho para elucidar a variedade de abordagens acerca da temática. Tuan (1980) se esforça em reunir essa vasta gama de estudos e diferentes culturas, diferentes pontos de vista, e diferentes vivências, de todas as partes do planeta, sobre o homem e o mundo.

Topofilia, o termo central dos estudos de Tuan (1980), já havia sido descrito por Bachelard (1988a) em seus estudos geográficos e poéticos de pertencimento e sentimento topofílico na relação Homem-Terra e foi aprofundado pelo autor. Traduz as relações afetivas criadas pelo ser humano com o meio ambiente material. Vincula-se a uma sensação pessoal, com diferentes intensidades e influências, mas sempre revelando o homem como um ser geográfico, inserido em um ambiente criador de significados, tornando assim, a ciência geográfica mais humana e subjetiva, abrindo caminhos de estudos que vão além da ciência dos lugares.

O processo de reconhecimento espacial do homem, por meio dos sentidos como a visão, tato, olfato, audição, influencia na maneira como o homem interage, percebe, olha e interpreta o mundo. O acúmulo de sensações faz parte desse processo individual, diferentemente de outros animais. O autor afirma que “O mundo percebido pelos olhos é mais abstrato que o conhecido por nós por meio de outros sentidos” (TUAN, 2012, p. 28). Trata assim, a visão como uma das principais ferramentas do homem para a criação de mapas mentais, uma espécie de leitura de mundo, que é construída pelos seres humanos para se relacionarem entre si e com a realidade exterior. E então discorre sobre a fisiologia que nos permite criar essas ligações, nexos, em nosso mundo mental, visto que somos seres biologicamente diferentes, com diferentes habilidades, diferentes sensibilidades à cor, à visão, à audição, logo diferentes percepções.

De acordo com Tuan (2012), é natural que os indivíduos desenvolvam uma visão etnocêntrica em relação ao lugar em que vivem, uma espécie de egocentrismo coletivo que tende a supervalorizar e atribuir certa superioridade em relação aos demais locais. Essa compreensão pode se justificar pela necessidade de autossustentação da própria cultura, onde a necessidade de se fazer central coopera para manter o sentimento de orgulho (TUAN, 2012).

É possível então, a partir dessa perspectiva, alegar que a percepção de um indivíduo em relação ao local em que habita pode ser influenciada por diversos fatores, dentre os quais podemos considerar o tempo em que vivem no lugar, as relações econômicas e sociais estabelecidas, as particularidades das paisagens naturais ou das intervenções que foram historicamente constituídas nesse local, e as experiências pessoais trazidas por cada um. Nesse sentido, Tuan (2012, p. 18) elucida que “a percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados”.

Por conseguinte, podemos compreender o fato de que as percepções dos moradores que habitam o Buracão são pessoais e subjetivas, sejam elas de afetividade ou rejeição com o

ambiente em que vivem, haja vista que, em um mesmo território físico ou social, dois indivíduos, com histórico de vida diferentes, percebem o ambiente de formas distintas, cada um baseado em suas próprias vivências e em seu conjunto de experiências.

3.1.1 Percepção das experiências ambientais

Com o intuito de investigar como os moradores do Buracão enxergam o local em que habitam, em uma das reuniões do grupo SOS Buracão, realizada periodicamente nas próprias casas dos moradores do Buracão, propusemos que fosse elaborado um levantamento sociodemográfico entre as famílias que habitam no local. Para obter respostas que nos aproximassem da realidade das famílias e que nos ajudassem a compreender as percepções de cada um a respeito da realidade do local, criamos um questionário que reuniu dados como: condições de moradia, acesso, saúde, escolaridade, problemas sociais, desemprego entre homens, desemprego entre mulheres, religião, dentre outras características que foram apontadas pela própria comunidade.

Esse questionário foi aplicado com a ajuda de voluntários da comunidade, pessoas conhecidas dos moradores, que teriam acesso mais fácil às famílias. A escolha de aplicar o questionário com a ajuda dos próprios moradores se deu a partir da necessidade de se estabelecer uma relação de confiança, em que as famílias teriam mais liberdade para expor suas percepções sobre a realidade. A partir dos resultados, os dados foram compilados por meio de gráficos ilustrativos elaborados com as respostas.

Para a manobra de tentar assimilar a cultura, experiência e atitudes ambientais de uma pessoa, Tuan (1980, p. 69) nos esclarece que:

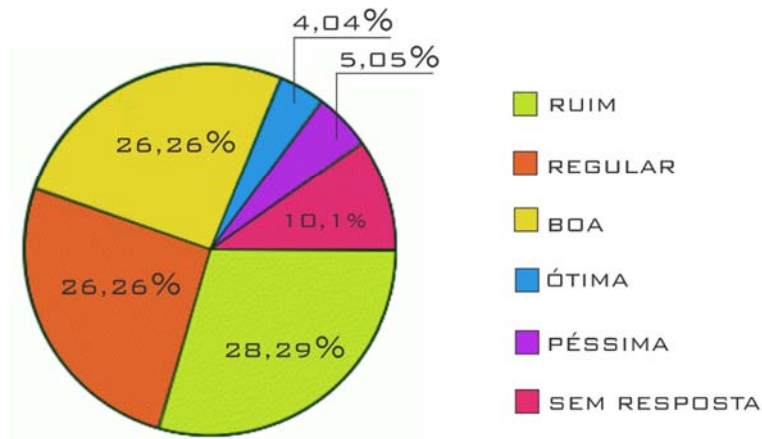
Para compreender a preferência ambiental de uma pessoa, necessitaríamos examinar sua herança biológica, criação, educação, trabalho e os arredores físicos. No nível de atitudes e preferências de grupo, é necessário conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no contexto de seu ambiente físico. Em nenhum dos casos é possível distinguir nitidamente entre os fatores culturais e o papel do meio ambiente físico. Os conceitos “cultura” e “meio ambiente” se superpõem do mesmo modo que os conceitos “homem” e “naturez”.

Assim, sabemos que os conceitos cultura e meio ambiente ao qual uma pessoa foi inserida se fundem e dão origem à percepção pessoal do homem em relação ao espaço habitado. Por isso, durante a aplicação do questionário para as noventa e nove famílias, ao serem questionadas sobre as condições de habitação e das ruas do Buracão, em que se verificou se o morador considerava as condições como péssimas, ruins, regulares, boas, e até mesmo ótimas,

foram obtidas respostas divergentes, como exemplificado nos gráficos abaixo:

Gráfico 1 - Gráfico de condições de habitação pela perspectiva dos moradores.

CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO:



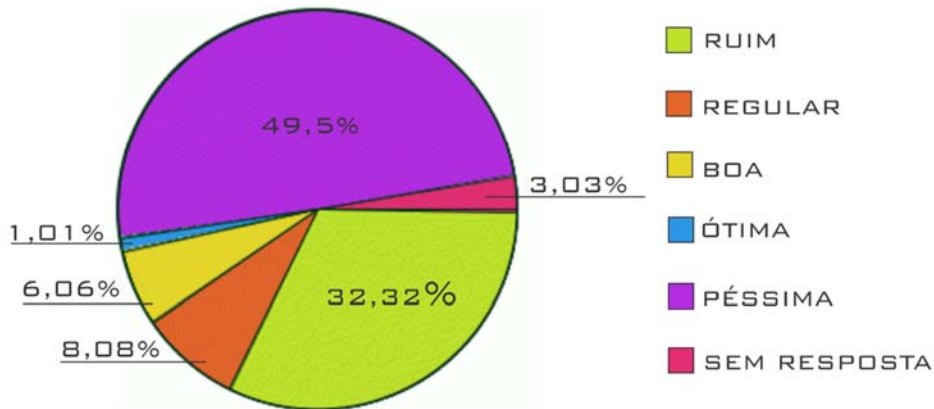
Fonte: Dados coletados pelo grupo SOS buracão. Gráfico elaborado pela autora.

No gráfico acima, podemos observar que dentre os 99 moradores, 28,29% consideraram as condições ruins, 26,26% regulares, 26,26% boas, 10,1% preferiram não responder, 5,05% péssimas, 4,04% consideraram ótimas. Isso ocorre, porque de acordo com Tuan (1980, p. 129) “o meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais”, o que explica as diferentes percepções dos moradores acerca das condições de habitação em que se inserem.

Dando continuidade ao questionário, em relação às condições da rua em que habitam, também foram obtidas respostas discordantes, como mostra o gráfico:

Gráfico 2 - Gráfico de condições da rua que habitam pela perspectiva dos moradores.

CONDIÇÕES DA RUA:



Fonte: Dados coletados pelo grupo SOS buracão. Gráfico elaborado pela autora.

No gráfico acima, dentre os 99 moradores, 49,5% consideraram péssima, 32,32% consideraram ruim, 8,08% regular, 6,06% boa, 3,03% preferiram não responder, e 1,01% ótima. É importante ressaltar que os moradores, em geral, não associam as condições de habitação diretamente com as condições das ruas em que habitam, visto a divergência entre o gráfico 01 e o gráfico 02.

Compreende-se então, por meio de Tuan (1980), que mesmo habitando os mesmos locais, as pessoas têm percepções de mundo singulares, levadas pela cultura em que vivem, além de aspectos subjetivos pessoais que transcendem a cultura, como a experiência espacial de cada indivíduo, variando em grandeza emocional e intensidade. Logo, pode-se declarar que a imagem urbana é uma leitura intrínseca e pessoal do universo ao seu redor, como confirma o autor: “A imagem urbana é uma para o executivo pendular e outra bem diferente para a criança sentada na escada de entrada de um bairro pobre ou para o vagabundo que dispõe de tempo, mas de quase mais nada.” (TUAN, 1980, p. 259).

Isso explica o fato de que, parte dos moradores, ainda que esteja habitando em locais que não ofereçam as condições mínimas de habitação, não queiram sair do lugar em que nasceram e se desenvolveram, e continuam sendo maioria, perante aqueles que desejam sair, conforme exemplificado no gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Gráfico da relação entre os moradores que gostariam de ficar/sair do Buracão.

MORADORES QUE GOSTARIAM DE FICAR/SAIR DO BURACÃO:



Fonte: Dados coletados pelo grupo SOS buracão. Gráfico elaborado pela autora.

Os resultados obtidos nos confirmam que a tipologia das moradias, demarcadas pela irregularidade, os acessos caóticos ou inexistentes, o acúmulo de lixos, os buracos com esgoto a céu aberto pelas escadarias, os desmoronamentos de terra, a falta de segurança das vielas, e demais fatores degradantes e incontestáveis presentes no dia a dia do Buracão, constituem a parte visível da comunidade. Logo, são os segmentos invisíveis que provêm subsídios para alcançarmos os aspectos topofílicos. Os elos entre os moradores locais e suas relações de pertencimento.

3.1.2 Quem mora aqui tem seus contras, mas também seus privilégios

A frase que dá origem a este subtítulo, pronunciada por Rosa, é carregada de significados, percepções pessoais de uma moradora que habita a favela e consegue associar aquela moradia como sendo também um privilégio. Isso porque os seres humanos são duais, têm uma visão externa e interna do mundo que os cerca (ROCHA, 2002/2003).

Essa cosmovisão, ou visão de mundo, se diferencia entre a visão do mundo concebido e o mundo subjetivo. Nesse tocante, a fenomenologia, a semiótica e a geografia humanista são ciências indissociáveis, que atuam de maneira interdisciplinar em busca da compreensão da relação ser humano e espaço geográfico (ROCHA, 2002/2003).

O termo “visão de mundo” aqui aduzido teve origem na filosofia alemã com a palavra *Weltanschauung*⁴, que se traduz exatamente como “visão de mundo” ou “cosmovisão”. A expressão foi trazida por Kant (1724-1804) em sua obra a *Crítica da Faculdade de Julgar* (1790)⁵ e apropriada por Heidegger (1889-1976) por meio de uma ressignificação que permitiu a correlação com o sentido do ser.

Para a compreensão do processo de cosmovisão, Rocha (2002/2003) nos explica que ocorre logo no primeiro contato da criança com o mundo, por meio da sensação percebida pelos órgãos dos sentidos. Essa sensação leva a uma percepção que dá origem a uma imagem mental, que se diferencia então para cada indivíduo de acordo com sua ligação com o lugar, sua cultura, o tempo histórico, a situação psicológica, entre outros. E acrescenta exemplificando:

A percepção externa de um signo, como uma estátua no meio de uma praça, por exemplo, tem características físicas captadas por quem as observa que não deixam dúvidas. O significado desta estátua, porém, pode variar muito de observador para outro. Este fato se dá pela leitura que cada um faz, levando-se em conta o conhecimento sobre o que a estátua representa, as características culturais do observador, sua disposição interna no momento da observação, além de uma série de outros fatores que podem interferir no resultado final para cada um (ROCHA, 2003, p. 68).

É o mesmo que ocorre no Buracão. Cada sujeito assimila o significado do meio ambiente material de uma forma subjetiva, baseado em suas vivências pessoais. O que para quem é de fora pode ser visto como um lugar de miséria, carência, violência, perigo e tristeza, para quem vive pode ter significados antagônicos, bem como aspectos que os fazem enxergar até mesmo como um privilégio habitar ali. E assim completa Rosa:

“Então quem mora aqui tem os seus contras mas também tem os seus privilégios, é ruim a localidade onde eu moro, a rua onde eu moro, mas não o bairro onde eu moro. [...] Eu penso que o Buracão seja bom de se viver, um lugar bom de se viver”.

Assim como existem moradores que expõem essa ótica de pensamento, existem também

⁴ *Weltanschauung*. (Al.: visão de mundo, cosmovisão) 1. Concepção global, de caráter intuitivo e pré-teórico, que um indivíduo ou uma comunidade formam de sua época, de seu mundo, e da vida em geral. 2. Forma de considerar o mundo em seu sentido mais geral, pressuposta por uma teoria ou por uma escola de pensamento, artística ou política. (JAPIASSU, MARCONDES, 1996)

⁵ Livro escrito pelo filósofo prussiano Immanuel Kant (Königsberg, 22 de abril de 1724 — Königsberg, 12 de fevereiro de 1804) em 1790, que discorre o conceito de juízo estético, dando continuidade a suas obras *A Crítica da Razão Pura* (1781) e *da Crítica da Razão Prática* (1788).

aqueles que gostariam de se mudar dali, como representado no gráfico 3, totalizando 45,45% das famílias. É nessa dualidade de pensamentos acerca do espaço vivido, e observando a coexistência de percepções semelhantes e contraditórias sobre o mesmo objeto, que se faz complementar à discussão a compreensão da geografia da percepção.

3.2 CONTRIBUIÇÕES DA FENOMENOLOGIA DA PERCEPÇÃO PARA A COMPREENSÃO DO FENÔMENO SOCIAL

A geografia humana surge em meados da década de 1960, com a necessidade de estudar o ecúmeno, e a relação Homem-Terra, a partir da ótica espacial. Abre espaço para a interdisciplinaridade do conhecimento, quebrando paradigmas da geografia racionalista e positivista cartesiana, e traz a antropologia humana, a sociologia, a história, psicologia, ecologia, filosofia, dentre outras ciências, como contribuição para a compreensão do fenômeno espacial.

Dessa forma, aproxima estudos fenomenológicos existencialistas como o de Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), que apresenta uma filosofia que revela o ser humano como “ser-no-mundo”, ou seja, o ser ativo na composição do espaço (MERLEAU-PONTY, 1999). O filósofo busca assim, superar problemas advindos do empirismo e do racionalismo na produção epistemológica da filosofia moderna. Uma evolução na maneira de conceber o espaço, a fim de resgatar nossa maneira de conceber o mundo, a experiência vivenciada no espaço e no tempo, que foi desconsiderada pelo racionalismo de base cartesiana.

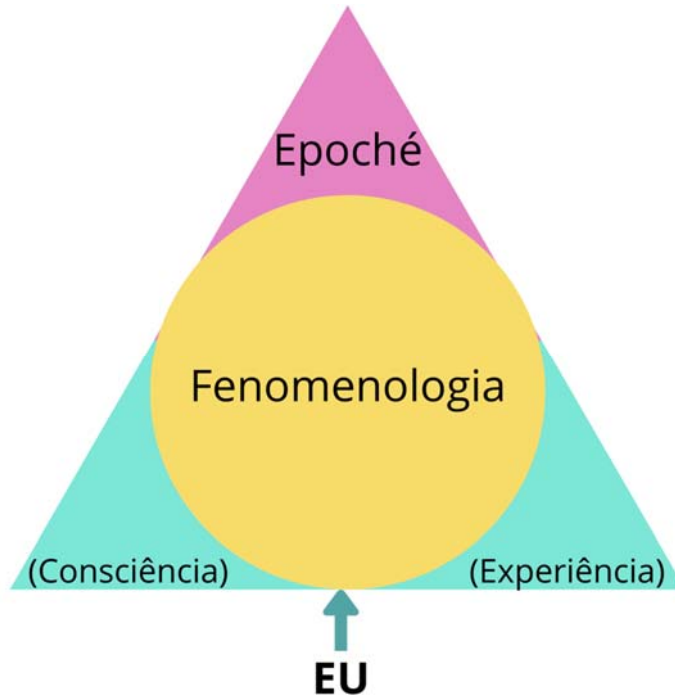
O intuito não é criar regras ou fórmulas para a compreensão do mundo e sim nos levar a uma percepção do fenômeno social. A fenomenologia está relacionada aos estudos de Edmund Husserl (1859-1938), criador do método científico que objetiva descrever como as situações, fenômenos e objetos se apresentam à nossa consciência (essência eidética⁶). Husserl (2000) propõe um processo de redução fenomenológica (epoché⁷), para se obter a essência do fenômeno. O autor sugere que coloquemos então entre parênteses a própria consciência “eu” e nossas “experiências” a fim de conseguir compreender o mundo original, em sua essência, se

⁶ Do grego *Eidos*, que significa ideia ou essência. Consiste na busca pelo verdadeiro significado.

⁷ O termo epoché deriva do grego antigo e significa “paragem”, “interrupção” ou “suspensão de juízo”. Segundo Husserl, “Epoché” significa a suspensão do mundo, como que parado no tempo, embora com todas as suas características presentes e, por isso, passíveis de serem analisadas “de fora”, por um observador exterior.

opondo assim à filosofia mecanicista e o cogito⁸ racionalista cartesiano (MALANSKI, 2014). Como podemos elucidar no esquema:

Gráfico 4 - Esquema para a compreensão do epoché.



Fonte: Elaborado pela autora.

E assim, Husserl (2000, p. 39) afirma:

[...] pela epoché fenomenológica, reduzo o meu eu humano natural e a minha vida psicológica – domínio da minha experiência psicológica interna – ao meu eu transcendental e fenomenológico, domínio da experiência interna transcendental e fenomenológica.

Pode-se observar que o movimento que nos leva a epoché produz o retorno à consciência, à essência propriamente dita, onde os objetos aparecem na sua composição como simples correlatos da consciência intencional, isto é, do modo como o fenômeno nos aparece originalmente. A fenomenologia não se atém à crítica da atividade científica especificamente, mas questiona o paradigma de que o sentido do mundo é dado cientificamente. A ciência cartesiana contribuiu muito pouco no que se refere às questões da humanidade, visto que ela deixa de fora as questões essenciais do homem, questões que dizem respeito ao seu modo de

⁸ A terminologia cogito (penso) deriva da expressão latina *cogito ergo sum* (penso logo existo) e remete à uma proposição positivista e autoevidente do sujeito pensante. Em Descartes assume o domínio ontológico do pensamento.

ser, promovendo, assim, o distanciamento entre o mundo que eu vivo e o mundo que me é dado cientificamente (HUSSERL, 2000).

Com base nesse pensamento, Merleau-Ponty (1999) destaca que a fenomenologia, de certa forma, “é a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, e sem nenhuma deferência à sua gênese psicológica e às explicações causais que o cientista, o historiador ou o sociólogo dela possam fornecer” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 01-02). Isso porque busca evidenciar as essências, numa forma prévia à razão e ao pensamento.

Para a compreensão da problemática apresentada ao longo da dissertação, com o aporte da fenomenologia, destacaram-se os trabalhos do filósofo Martin Heidegger, com sua fenomenologia existencialista e seus estudos sobre a estrutura do cotidiano; do geógrafo Yi-fu Tuan, que contribuiu com conceitos como a topofilia, e reflexões acerca do espaço e de como os seres humanos se relacionam com ele; e do arquiteto e urbanista Kevyn Lynch, que estuda a respeito da percepção e a conexão das pessoas nos espaços urbanos.

Lynch (1997, p. 16), em seus estudos sobre a imagem da cidade, dedicou-se a conceber o processo de construção da paisagem urbana, por meio da percepção individual. E assim nos explica:

As imagens do meio ambiente são o resultado de um processo bilateral entre o observador e o meio. O meio ambiente sugere distinções e relações, e o observador – com grande adaptação e à luz dos seus objetivos próprios – seleciona, organiza e dota de sentido aquilo que vê. A imagem, agora assim desenvolvida, limita e dá ênfase ao que é visto, enquanto a própria imagem é posta a prova contra a capacidade de registro perceptual, num processo de constante interação. Assim a imagem de uma dada realidade pode variar significativamente entre diferentes observadores.

É percebido então, por meio da afirmação de Lynch (1997), e da perspectiva fenomenológica, que as pessoas elaboram as imagens do meio ambiente, agregando sentido e valor ao espaço de acordo com sua própria cultura, envolvimento, conhecimento, linguagem, vontade, religião. Assim, a percepção é desenvolvida como uma resposta aos estímulos externos e fornece interpretações imediatas a respeito do que as cercam (TUAN, 1980).

Sabe-se, então, que a geografia é a ciência responsável pelo estudo do espaço, mas é importante determinar qual viés espacial está sendo analisado. Por meio da fenomenologia, busca-se investigar então o espaço vivido, aquele que é formado a partir da experiência de cada pessoa com o fragmento espacial, por meio dos sentidos. Merleau-Ponty (1999) nos mostra que não existe objeto (espaço) sem sujeito (pessoa), e assim, a experiência espacial surge a partir de um referencial, pois é uma tentativa pessoal de compreensão dos espaços que as pessoas habitam ou que as cercam.

Para Tuan (1980), espaço vivido e lugar possuem o mesmo significado, visto que para que um espaço se torne lugar ele deve passar por um processo de apropriação e significação do homem. Esse mesmo espaço pode trazer sentimentos de afeto ou de rejeição das pessoas, e a esse processo, Tuan (1980) associou os termos topofilia ou tobofobia, respectivamente. O termo topofilia, como visto anteriormente, traduz os elos afetivos das pessoas com o lugar, enquanto o termo topofobia, a aversão, medo ou repulsa das pessoas em relação ao espaço. Isso explica o porquê das percepções diferentes dos moradores em relação à mesma situação que vivenciam, alguns com sentimentos de afeto, e outros de repulsa.

Sendo assim, a partir das premissas fenomenológicas, a Geografia da Percepção se dedicou a estudar o espaço, o lugar, a imagem, a paisagem, a partir das relações, signos e significados atribuídos pelos próprios moradores, assumindo a existência de muitas versões de espaço, dentro de um mesmo espaço geográfico.

A Geografia da Percepção, de acordo com Corrêa (2001, p. 30), está

assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base de inteligibilidade do mundo real.

E segue desenvolvendo estudos que consideram o mundo percebido, o mundo vivido e mundo imaginado pelos indivíduos. Para Lencioni (2003, p. 150-151), “a consideração da percepção advinda das experiências vividas é, assim, considerada etapa metodológica importante e fundamental”. A experiência de cada indivíduo promove a construção da consciência, visto que por meio da experimentação do mundo vivido, a fenomenologia coloca o homem em contato com o mundo de objetos exteriores por via da percepção.

3.3 A EXPRESSÃO DA IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE DOS MORADORES

Os conceitos de identidade e lugar se correlacionam de maneira indissociável. Ambos são constituídos de maneira subjetiva, a partir das relações estabelecidas com o sujeito e o meio ambiente vivido, a partir do processo de percepção de mundo e significação de cada um.

Como Tuan (1983, p. 6) nos elucida:

O espaço é mais abstrato do que o lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. As ideias de espaço e lugar não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplitude, da liberdade e da

ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa, cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar.

Sendo assim, a partir do processo espacial de transmutação de um espaço geográfico em um lugar dotado de sentidos e percepções subjetivas, os sujeitos iniciam um movimento de identificação e pertencimento com o lugar em que habitam, por meio da territorialidade. Haesbaert (2004) já nos trazia que esse processo de territorialidade se apresenta pela apropriação social do espaço, com um sentido de uso, vivência e pertencimento, em um determinado recorte do espaço, a partir da lógica reticular, com a compreensão do espaço pelo tempo.

Considerando a perspectiva do autor, pode-se afirmar que o território se forma a partir da experiência e vivência dos atores e se manifesta nas relações simbólicas e afetivas, tendo o espaço com agente e plano de fundo. Assim, por meio das distintas territorialidades tecidas em um determinado lugar, é observado que as pessoas estabelecem um vínculo, seja ele positivo ou negativo com o território em que habitam, como podemos observar no Buracão, por meio da fala de Rosa:

“Eu acho que não só aqui no Carapina, mas em outros bairros, tem essa cumplicidade entre os moradores, eu acho que é isso que mais faz eu ficar aqui. [...] Então assim, viver aqui, sair daqui, as vezes te leva pra um caminho melhor mas também te leva pra um caminho pior. É totalmente diferente, não é a mesma coisa que você morar aqui, eu acho que é isso que faz eu ficar aqui”.

Di Méo (2004) teoriza sobre as relações das sociedades com os territórios, e os consequentes vestígios identitários, sendo que essas relações caracterizam as singulares identidades de cada grupo social. O geógrafo culturalista ainda salienta sobre a possibilidade dessas identidades, mentais e sociais, formarem lugares e territórios. O autor pressupõe que tais representações abrangem amplamente a coletividade, resultando nos denominados “fenômenos identitários”, os quais “contribuem para constituir o lugar, o território, a paisagem, etc., realidades ou representações que, por sua vez, dão sentido e legitimidade no que tange à proposta identitária” (DI MÉO, 2004, p. 339).

A essência das identidades se traduzem nos meios geográficos territoriais, onde, desta forma, há de se considerar o sujeito como protagonista da sociedade, bem como parte de um grupo social, enquanto assume o caráter de criador e integrante deste (DI MÉO, 2004).

Nesse âmbito, a transposição das concepções territoriais para o nosso estudo, nos possibilita refletir como se dá o encontro dos diferentes, das coletividades e das

individualidades que compõem a experiência humana e processo identitário na favela. A partir desse olhar, buscamos representar os moradores do Buracão como um construto sócio-histórico-cultural.

O processo de construção identitária, inter-relaciona-se diretamente com a materialidade espacial, a dimensão imaterial/simbólica (HAESBAERT, 2004), que se processa nas relações sociais e de poder, no estabelecimento das regras institucionais e de convivência que se constituem no vivido territorial, tendo como pano de fundo os significados, a história e a cultura dos moradores, que se associam à produção das territorialidades dos sujeitos.

Nessa perspectiva, o processo de favelização do Carapina, seguidamente pelo processo de favelização do Buracão, se apresenta como construtor de múltiplas territorialidades e identidades, cujas influências externas interferem na relação do sujeito com o outro e consigo mesmo. Assim, ratifica-se que o território é constituído não apenas por espaços geográficos, mas ainda, pelos espaços de sociabilidade, pelas vivências cotidianas que integram o processo de relações sociais e de poder.

4 BECO DA VISIBILIDADE: A VOZ DOS SUJEITOS

Após um processo intenso de invisibilidade sofrido pelos moradores do Buracão, faz-se uma tentativa, ao longo da dissertação, de dar voz a representantes de um grupo de vulnerabilidade extrínseca⁹. Por detrás do conceito de território, dos Programas de Reassentamento e dos estudos sociais e urbanísticos, encontramos pessoas que vivem e tecem as relações de comunidade, companheirismo, luta e esperança, com características únicas.

Camélia, ao ser questionada sobre a diferença entre os moradores do Buracão com os moradores de outro local, nos responde:

“As pessoas aqui são humildes, nunca vão querer serem maiores do que você. Nunca vão querer serem iguais a você. Vão querer ser elas mesmas. Aqui ninguém vai querer tratar você mal, só assim, se você achar que você é mais”.

Jasmine, ao responder sobre a diferença que vê entre morar no Buracão e outros bairros, nos chama atenção para uma característica que é muito comum nas favelas:

“No Centro, ou em outros bairros assim, vamos dizer assim bairro que tem uma situação um pouquinho melhor está todo mundo de porta fechada, portão fechado, tudo fechado, você não vê ninguém na rua. Então eu acho que não só aqui no Carapina, mas em outros bairros, tem essa cumplicidade entre os moradores, eu acho que é isso que mais faz eu ficar aqui”.

Hortência ressalta, por meio de seu discurso, as raízes e pertencimento que a unem com o Morro:

“Porque por exemplo, eu vou chegar naquele bairro agora, não conheço ninguém né. Então até fazer amizade, reconstituir a minha vida ali, vai demorar um pouco. Mas quando você já mora ali naquele local, que você criou, que você cresceu ali naquele local, você cria raiz ali, então ali, você constitui sua família... Eu constitui a minha família aqui no morro”.

A cumplicidade entre os moradores se destacou em vários discursos, Hortência completa, destacando a sua sensação de liberdade, ao afirmar que no Buracão

“tem mais liberdade... De ir e vir, de conversar, sabe? De fazer amizade, você sabe que você vai sair ali mas vai ter um pra te dar a mão... pra te levantar.”

⁹ A vulnerabilidade extrínseca é aquela ocasionada por circunstâncias externas, como a falta de poder socioeconômico, falta de escolaridade ou carência de recursos, por exemplo.

Lírio já ressalta a questão da proximidade física:

“Tipo assim, aqui é um bairro que não é tão aberto, entendeu? Aqui, todo mundo já conhece todo mundo, não tem rua grande que passa carro, que leva pra outro bairro. (...) Aqui é mais fechado, aqui as casas são todas uma perto da outra, entendeu?”

Tal proximidade dá origem a relações de sociabilidade experimentadas no território da favela, que já não são mais vistas nos centros urbanos. Íris, moradora mais antiga do Buracão nos conta: “Todo mundo gosta de mim! (...) Se um dos vizinho acorda e não me vê... Uns mais novos passam aqui e falam ‘Bença vô! Bença vô!’, você precisa de ver, graças a Deus!”.

Há uma relação de respeito, hierarquia, de familiaridade, que só é possível existir devido à proximidade física que o local proporciona. Jasmine compartilha alguns relatos:

“Aqui, entre nós, eu vejo a diferença daqui, se eu morasse em outro bairro não teria essa cumplicidade, essa união. Se está acontecendo alguma coisa na casa de outra pessoa, a pessoa grita por socorro, a gente vai acudir, entendeu? Então, se está acontecendo certo tipo de situação, tem aquela união de ajudar. A dona caiu da laje, todo mundo entrou lá pra ajudar, tiraram os blocos que acabaram caindo em cima dela. Tiraram tudo. Então, assim, tem essa união se acontecer. Um rapaz tomou um tanto de tiro ali, o pessoal correu com ele pro hospital, as vezes se tivesse esperado até o SAMU chegar, ele teria morrido. (...) Então aqui, nesse bairro, nos bairros das periferias tem essa união. Acabou o açúcar? Você vai na casa da vizinha e pega emprestado. Acabou o café? Você faz café na casa da vizinha. É como diz, tem as vizinhas fofoqueiras né, que sabem da vida de todo mundo. Que nos outros bairros não tem isso, eu vejo. Eu passo no Grã Duquesa, você não vê uma porta aberta. Você pode gritar no meio da rua que não tem ninguém. Não é só nos bairros ricos não, aqui no bairro São Pedro, bairro São Pedro nem é um bairro rico, mas você não vê ninguém na rua, né? É um local onde todo mundo fica com suas portas fechadas, tudo fechado. Eu não sei se você já reparou, mas você olha aqui, está todo mundo com a porta aberta”.

É importante ressaltar que são visões, opiniões, memórias e sentidos atribuídos por cada morador a respeito das experiências vividas no Buracão. Parte da constituição identitária dos moradores se dá por meio da formação de sua memória, e Oliveira (2015, p. 21) nos esclarece que:

“Esta pode se individual e social ao mesmo tempo, pois traz as lembranças, muitas vezes desconexas, de histórias que formam um mosaico identitário. A memória ajuda os indivíduos a se lembrarem de quem são, ou os ludibria com imagens borradas daquilo que já foram”.

Memórias essas que dão sentido, criam raízes e traduzem as formas de ser e se relacionar com o espaço. Cada morador entrevistado compartilhou conosco sua visão do que é habitar no Buracão, suas lembranças, medos, expectativas e anseios, e principalmente suas memórias afetivas em relação ao lugar em que habitam.

É sabido que o habitar em uma moradia em um local onde existe o contato direto com a vizinhança imediata leva o morador a adquirir uma reunião de significados e sentidos em que, naturalmente, o pensamento e a simbologia são transferidos da moradia para o indivíduo e vice-versa, bem como de um morador para outro, num processo que constrói um ou mais conceitos e significados que vão sendo aceitos e acabam internalizados socialmente, sob o aspecto de um saber intuitivo, um senso comum que se vai ancorando, objetivando e consolidando como verdades no grupo todo (MOSCOVICI, 1976).

Por isso, é possível observar o sentido que cada um atribui aos fenômenos individualmente e que se expande a nível social e coletivo, com suas subjetividades, porque cada ser é uno e se relaciona de forma singular com os espaços e eventos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pelos sentidos do habitar, proposta neste estudo, nos levou a percorrer diversos caminhos, buracos e lugares. Peregrinamos sobre a história da formação local, conhecemos as propostas de reassentamento, entendemos os processos que deram origem às invisibilidades sofridas pelos moradores, identificamos suas territorialidades, bem como suas lutas e privilégios, discorremos sobre a fenomenologia na relação espacial e, sobre os elos topofílicos do habitar. Passeamos por buracos invisíveis, para que fosse possível assim, dar voz aos sujeitos.

Observou-se, ao longo dessa jornada, que a invisibilidade sofrida pelos moradores do Buracão está atrelada à vulnerabilidade e estigmas territoriais, e não à sua localização. E entendendo o território do Buracão como produto da sociedade, visualizamos o pertencimento dos moradores como uma dinâmica que se destaca e a territorialidade como parte do processo de apropriação do local. As lutas são diárias desde o início de sua ocupação, e estão distantes de acabar. Durante o processo, observamos algumas melhorias físicas advindas dessa luta incessante dos moradores, ora mais aquecida, ora adormecida pelos percalços do processo, mas que vem alcançando gradativas conquistas. Os privilégios, evidenciados por eles mesmos, consistem em sua localização em proximidade ao centro, suas relações interpessoais que se mantém firmes diante de todo caos, e a união em busca do bem comum.

Concordamos que os territórios de vulnerabilidade dos centros urbanos possuem diversas características semelhantes, como a dificuldade de acesso, de oportunidades, a falta de planejamento, os riscos de desmoronamento, índices de criminalidade, violência, os problemas de saneamento e segurança, os medos, os preconceitos e principalmente, a invisibilidade. Invisibilidade essa, que nos leva a esquecer que entremeados aos múltiplos territórios das favelas existem seres humanos, com diferentes características e sentidos, se relacionando em grupo. E o que há de incomum dentre esses territórios são exatamente os sujeitos que os cocriam, os moradores que dão vida e sentidos ao habitar, de forma única.

A história de expansão de Governador Valadares nos mostrou que a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica não fez parte do planejamento urbano inicial, dando origem aos aglomerados subnormais, realidade comum de grande parte dos centros urbanos. Isso explica a existência dos espaços extremamente contrastantes das cidades atuais que originam os aglomerados humanos de exclusão, como Haesbaert (1995) se refere, ou como preferimos denominar neste estudo, aglomerados humanos de inclusão precária.

Bairros como o Carapina surgiram frente à política de expansão higienista que permeou durante décadas em Governador Valadares e no país, expelindo a população de baixa renda dos centros urbanos e realocando-a em territórios sem infraestrutura adequada para a expansão e o desenvolvimento socioeconômico dos moradores. A situação do Buracão é ainda mais grave devido à sua expansão dentro de uma área de preservação e risco de desmoronamento iminente.

Após anos de omissão à problemática urbana dos assentamentos subnormais, políticas como o Programa de Urbanização, Regularização e Integração dos Assentamentos Precários surgiu como uma alternativa para os grandes problemas urbanísticos e de habitabilidade, no entanto, quase dez anos depois, seus objetivos estão distantes de serem alcançados, em especial na região do Buracão.

Os benefícios que o Programa oferece são indiscutíveis frente à necessidade de moradia, acesso, mobilidade e segurança da população. No entanto, faz-se necessário o envolvimento, preparação, apoio e estruturação dos moradores para que ocorra, de fato, um processo de reassentamento que beneficie os envolvidos e respeite suas identidades e sentidos estabelecidos com o território vivido.

Relações de pertencimento e os elos topofílicos são realidades experimentadas no Buracão e são identificados a partir dos depoimentos dos moradores, que generosamente contribuíram para o desenvolvimento desse estudo e cujas respostas reforçam a necessidade de se conhecer as raízes, memórias, os sentidos, as expectativas e o significado do território para quem habita antes do processo de elaboração de um projeto de intervenção ou reassentamento.

Nesse trabalho, procuramos compreender os sentidos de habitar em um território de vulnerabilidades, e ao longo dessa intensa jornada, chega-se a uma conclusão: Habitar é ser, indissociavelmente. E o sentido de ser é intrínseco a cada ser humano. As formas, relações, memórias, elos e pertencimento são partes constituintes de cada um e da sua visão de mundo, que é subjetiva e pessoal.

A análise dos dados nos possibilitou compreender que não cabe a nós nomear os sentidos, mas assumir sua existência dentro de cada morador e que são inclusive mutáveis, a depender das variáveis e circunstâncias as quais eles vivenciam. Vale ressaltar que os sentidos de quem habita se diferenciam dos sentidos atribuídos pelos olhares externos, que não são capazes de enxergar além da materialidade.

E o que é o arquiteto sem a compreensão dos sentidos do habitar?

Finalizo respondendo que não apenas o arquiteto, mas todo ser humano é muito mais

completo quando se dispõe a conhecer o território do outro, ainda que seja distinto ao seu, e se abrindo a compreender os sentidos que cada um atribui ao longo de sua vivência, desconstruindo os estigmas preestabelecidos e dando voz a quem o habita.

REFERÊNCIAS

Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley.

Bachelard, G. (1988a). *A poética do devaneio* (Antônio de Pádua Danesi, Trad.) São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1960).

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. (Org.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. In: _____. **Educ. Mat. Pesquisa**. São Paulo, v. 10, n. 1, pp. 137-150, 2008.

BIZZOTTO, Luciana Maciel; NASCIMENTO, Júlia de Carvalho; GONÇALVES, Raquel Garcia. O Espaço e o Poder: por uma práxis no planejamento urbano autônomo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 35, n. 126, p. 131-145, 2014.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982. p. 117-154.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Programa de Aceleração do Crescimento/PAC. Manual de Instruções. Projetos Prioritários de Investimentos – PPI. Intervenções em Favelas. 2007. Disponível em: http://aprece.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Manual_PAC_Favelas_2007_2010.pdf. Acesso em 15 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 11.445 de 5 de Janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm. Acesso em: 2 mar. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Vade Mecum. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001: regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Lex: ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Vademecum universitário de direito. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira 2002.

BRULON, Vanessa; PECCI, Alketa. Organizações públicas e espaços às margens do Estado: contribuições para investigações sobre poder e território em favelas. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 6, p. 1497-1518, 2013.

CASTRO, Iná Elias de. Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Paisagem e Turismo**. São Paulo: Contexto, 2002. 226p. p.121-140.

CARDOSO, Rogério Silva. Urbanização de Assentamentos Precários em Governador Valadares. Governador Valadares, 2019.

CATTANI, Antonio David; FERRARINI, Adriane Vieira. Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza. **Revista Katálysis**, v. 13, n. 2, p. 164-172, 2010.

CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs). **Introdução à Geografia Cultural**. 3 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. P. 19-27, 63-146.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática, 2004. (Série Princípios).

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 3. ed. Rio de Janeiro: Ática, 1995.

DA SILVA, Cátia Antônia. Desafios para o Planejamento Territorial: Secularização, Modernização e Qualificação Profissional no Espaço Urbano Moderno-Doi 10.5216/bgg.v23i2. 4180. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 23, n. 2, p. 197-218, 2008.

DE ARRUDA, Juliano; GUIMARÃES, Ester Feche; MALHEIROS, Tadeu Fabrício; MARQUES, Rui Cunha. Lideranças comunitárias e o cuidado com a saúde, o meio ambiente e o saneamento nas áreas de vulnerabilidade social. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 3, 2016.

DE OLIVEIRA CARVALHO, Mariano. Planejamento urbano: Experiência de práticas articipativas no ambiente escolar na cidade de Campos Sales, Ceará. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 17, n. 1, p. 4, 2015.

DI MÉO, Guy. Composantes spatiales, formes et processus géographiques desidentités. **Annales de Géographie**, 2004, v. 113.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Associação Comercial de Governador Valadares: sessenta anos de história. Governador Valadares: ACGV, 1999.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sertão do Rio Doce. Bauru: Edusc, 2005.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 19-69.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.

FUÃO, F. F. O sentido do espaço. Em que sentido, em que sentido? - 1ª parte **Vitruvius**, mai. 2004. Texto especial n. 48. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.048/582>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

GUIMARÃES, Cristiana Maria. Entre o Progresso e a Incompletude da Modernidade. Belo Horizonte, BH. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.14 - n.15 - dezembro 2007

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. **Geografia: conceitos e temas**, v. 2, p. 165-205, 1995.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidades: um debate. *GEOgraphia* - Ano IX - No 17, 1994.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEIDEGGER, Martin. **Construir, habitar, pensar. Título Original: Bauen, Wohnen, Denken**. Tradução: Marcia Sá Cavalcante Schuback. Disponível em: https://www.fau.usp.br/wp-content/uploads/2016/12/heidegger_construir_habitar_pensar.pdf. Acesso em 09 out. 2020.

HEIDEGGER, Martin. Meu caminho para a fenomenologia. In: _____. Conferências e Escritos Filosóficos. São Paulo, Victor Civita, p. 295-302, 1984.

HUSSERL, Edmund. *Meditações Cartesianas: Introdução à Fenomenologia*. Porto, Portugal: Edições Rés, 2000.

HUSSERL, Edmund. *A Ideia da Fenomenologia*. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1990.

JAPIASSU, Hilton e MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

JÚNIOR, Orlando Moreira. Segregação urbana em cidades pequenas: algumas considerações a partir das escalas intra e interurbana. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 20, 2010.

KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade de julgar*. Trad.: Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Vozes, 2016.

LÉFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 2003.

LIBÂNIO, Clarice. *Guia Cultural de Governador Valadares. Governador Valadares*, vol.1, 2010.

- LIMA, José Júlio. Conjuntos habitacionais e condomínios de luxo em Belém: duas tipologias em confronto. *Arquitextos*, São Paulo, ano 03, n. 027.07, Vitruvius, ago. 2002 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.027/763>>.
- LORENZETTI, Maria Sílvia Barros. A questão habitacional no Brasil. **Estudo das Consultorias**. Jul., 2001. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/arquivos-pdf/pdf/107075.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.
- LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MAGNANI, J. G. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.
- MALANSKI, Lawrence Mayer. Geografia Humanista: Percepção e Representação Espacial. *Revista Geográfica de América Central*, n. 52, p. 29-50, 2014.
- MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a nova desigualdade**. 3.ed. São Paulo: Paulos, 1997.
- Merleau-Ponty, M. (1999). Fenomenologia da percepção. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**. [S.L]: [s.n]. 1994.
- MOREIRA, Ruy. 1982. A Geografia serve para desvehdar máscaras sociais in MOREIRA, Ruy (org.) Geografia: Teoria e Crítica. O saber posto em questão. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- MOSCOVICI, Serge. A representação social da psicanálise. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Zahar, 1978. Título original: La Psychanalyse, son image et son public. 2. ed. Paris, PUF, 1976.
- NONATO, Eunice Maria Nazarethe. Periferia Central: um estudo sobre a mobilidade urbana e os aglomerados no morro do Carapina. 2017. 19f. Projeto de Extensão – Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE, Governador Valadares, 2017.
- Norberg-Schulz, Christian. (1975). *Existencia, Espacio y Arquitectura*. Barcelona: Editorial Blume.
- Oakes, P. J., Haslem, S. A. & Turner, J. C. (1994). *Stereotyping and social reality*. Oxford: Blackwell.
- PEQUENO, L. R. B. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 12, 2008.
- PERIFERIA. In: **Dicionário infopédia da Língua Portuguesa**. Porto: Porto Editora, 2003-2018. Disponível em: Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/periferia>. Aceso em: 18 mar. 2018.

PHILIPPI Jr., Arlindo; SILVA NETO, Antônio Jr. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: _____. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**. Barueri, S.P.: Manole, 2011, p. 3-68.

OMS, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (2010). Disponível em: <<http://www.who.int/eportuguese/publications/pt/>>. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

OLIVEIRA, Denise da Silva. O PAPEL DA MEMÓRIA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL: DIÁLOGOS ENTRE POSSIBILIDADES DE LEITURA. Londrina, 2015.

PARANÁ. Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino de Geografia. SEED, Curitiba, 2008.

ROCHA, Lurdes Bertol. Fenomenologia, semiótica e geografia da percepção: alternativas para analisar o espaço geográfico. Revista da Casa da Geografia de Sobral. Sobral, v. 4/5, p. 67-79, 2002/2003.

REIS, Elisabete Rodrigues dos. Lugar do sentido. **Rev. NUFEN**, Belém , v. 9, n. 2, p. 109-123, 2017 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912017000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 mar. 2018.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. *Metodologia da pesquisa*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: _____. **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, n.79, p.71-94, nov., 2007.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do estado habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Carlos Nelson dos. Condomínios Exclusivos, o que Diria a Respeito um Arqueólogo? Revista RAM, 38(160): 7-28, 1981.

SAULE JUNIOR, Nelson; UZZO, Karina. A trajetória da reforma urbana no Brasil. In: *Ciudades para todos*. Santiago- Chile: Habitat International Coalition, 2010, v. 1, p. 259-270.

SARLO B. *A cidade vista: mercadorias e cultura urbana*. São Paulo: Editora WWF Martins Fontes; 2014.

SOUZA E SILVA, J. **Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos**. Rio de Janeiro, IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPINK, Mary Jane Paris. Viver em áreas de risco: tensões entre gestão de desastres ambientais e os sentidos de risco no cotidiano. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 19, n. 9, p. 3743-3754, 2014.

SIMAN, L. M. C. A história na memória: uma contribuição para o ensino da história de cidades. 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

STROZEMBERG, Pedro. Alguém tem receio de ser multado na favela? In: SILVA, Jardel S. (Org.). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. p. 31-33.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: _____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.

TROLL, Carl. A Paisagem Geográfica e sua investigação. **Espaço e Cultura – NEPEC**. Rio de Janeiro, nº 2, p. 1-7, jun. 1996.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIEIRA, Alessandra D'ávila. PAC: urbanização de assentamentos precários. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Porto Alegre, out. 2015. Disponível em: <https://www.abecip.org.br/admin/assets/uploads/anexos/alessandra-d-avila-brasil.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.